



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO AO PLANEJAMENTO
E GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RELATÓRIO DO ENCAMINHAMENTO E APROVEITAMENTO DAS PROPOSTAS
REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO
P9

SÃO PAULO
FEVEREIRO / 2022



Apresentação

Concluída a etapa do processo participativo – que envolveu oficinas regionais, reuniões de grupos de trabalho temáticos e audiências públicas –, a equipe técnica da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) voltou-se para a análise e seleção das propostas encaminhadas pelo poder público e pela sociedade civil para a construção dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) das cinco Unidades Regionais em estudo. As contribuições foram enviadas por meio das respectivas plataformas digitais.

O **Produto 9 – Relatório do encaminhamento e aproveitamento das propostas** é o resultado deste trabalho, que ganhou o formato de planilhas, em que se pode visualizar em detalhe cada proposta apresentada e entender o tratamento que a mesma recebeu. Nessas planilhas estão registradas todas as contribuições enviadas ao longo do processo de participação até o momento em que foram realizadas as audiências públicas.

Na planilha inicial são apresentados os critérios de enquadramento para aceitação, ou não, das propostas em relação ao objeto do PDUI. A partir daí, é possível verificar o caminho percorrido pela proposta – da sua recepção na plataforma até seu aproveitamento, ou não, mediante justificativas técnicas.

As planilhas seguintes registram o aproveitamento das propostas aceitas e a justificativa para a não aceitação. Elas estão identificadas e organizadas segundo os quatro temas centrais objeto das temáticas que são próprias do PDUI, e que agregam as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

Para melhor compreensão da análise e avaliação de enquadramento das propostas apresentadas, foi estabelecido um conjunto de critérios objetivos, que estão detalhados na metodologia do processo de trabalho para avaliação de incorporação das propostas recebidas.

No item subsequente é apresentado um quadro com as estatísticas por Unidade Regional, refletindo o total de propostas e o quantitativo das aceitas e não aceitas. O relatório termina com as planilhas de aproveitamento das propostas por região.

I. Metodologia do processo de trabalho para avaliação de incorporação das propostas recebidas

Este item detalha a metodologia desenvolvida pela equipe do projeto para análise e posterior classificação das propostas recebidas via plataformas digitais dos PDUIs, advindas quer do poder público quer da sociedade civil.

As plataformas digitais estiveram abertas para recebimento de propostas (em formulários próprios) de 15 de dezembro de 2021 até sete dias úteis após a realização das audiências públicas, tendo como prazo final para contribuições o dia 15 de fevereiro de 2022.

O percurso feito para análise das propostas procurou, em primeiro lugar, estabelecer um conjunto de critérios claros e objetivos baseados tanto na Lei 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole) como nas leis que criaram as respectivas Unidades Regionais – regiões metropolitanas e aglomerações urbanas – objeto desse projeto.

Para a classificação das propostas, foi desenvolvida uma planilha com três abas: Critérios_Entrada, Caderno e Justificativa.

A primeira aba, denominada **Critérios_Entrada**, traz, como o próprio nome indica, os critérios de entrada e fundamentos críticos que permitem a classificação subsequente de aceitação/incorporação ou não aceitação da proposta. Nessa planilha, foram inseridas todas as propostas recebidas, organizadas pelas quatro temáticas que abrigam as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs): Planejamento Territorial e Uso do solo; Meio ambiente, Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos; Mobilidade e Transporte; e Desenvolvimento Econômico e Atendimento So-

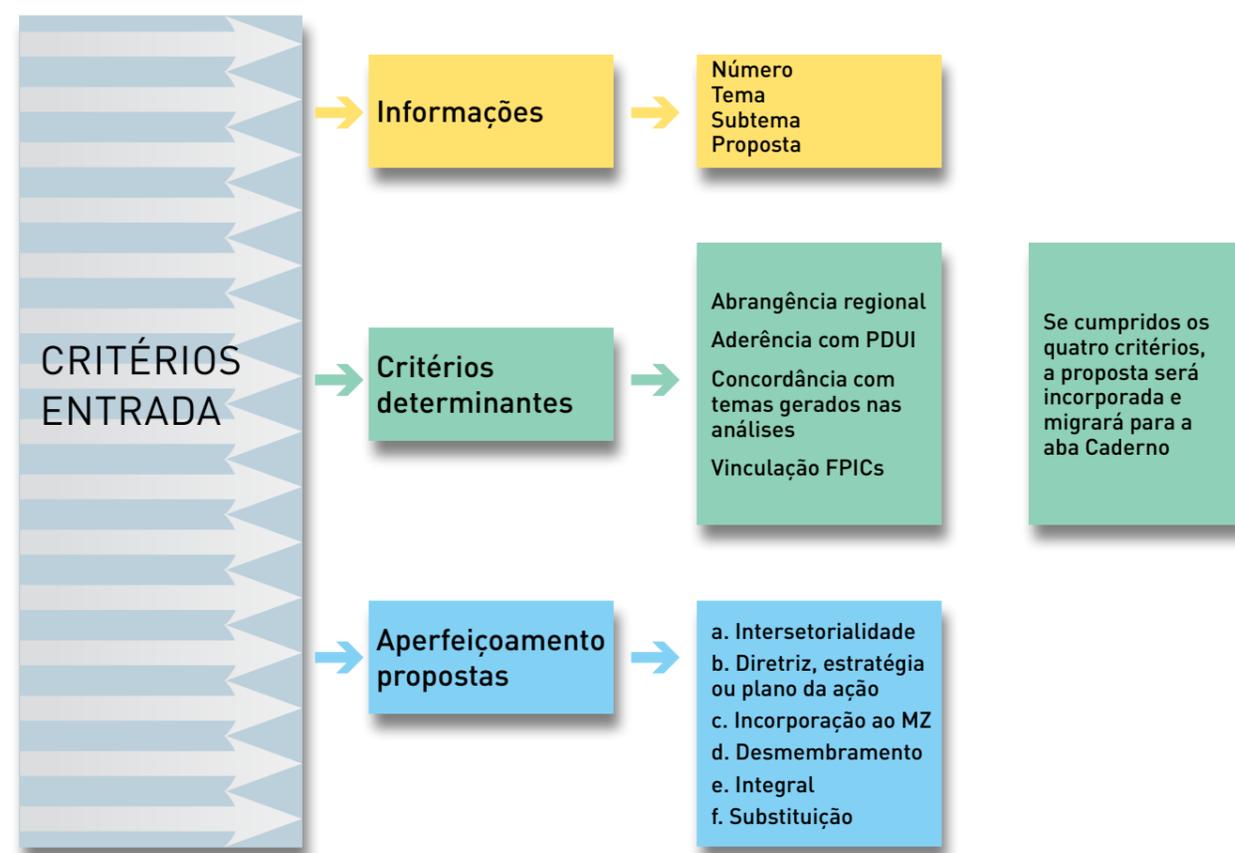
cial. O resultado dessa primeira análise busca, também, trazer um primeiro enquadramento das propostas recebidas.

A segunda aba – **Caderno** – destina-se a receber as propostas classificadas como aceitas ou aceitas parcialmente na aba anterior, promovendo, também, seu enquadramento em orientações mais específicas, de forma a aprimorá-las e refiná-las. Posteriormente, elas vão integrar o Caderno de Propostas (ainda com status preliminar), a fim de serem apresentadas às Câmaras Temáticas do PDUI, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de cada uma das URs.

A terceira aba da planilha de trabalho – **Justificativa** – traz as propostas recusadas, ou mesmo aquelas que podem ter encaminhamento institucional como alternativa de análise de demandas de políticas setoriais, formuladas pelas administrações municipais e que fogem ao escopo do PDUI. São exemplos algumas propostas nas áreas da saúde, segurança pública e educação. Esta planilha propõe-se a justificar o não acolhimento de determinada proposta.

É essencial que fique claro, desde o início, o âmbito e a abrangência do PDUI. O Plano é exigência do Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015), que aponta a necessidade de fixar diretrizes ge-

FIGURA 1. Metodologia para análise e incorporação das propostas



rais para o planejamento, a gestão e a execução de políticas públicas nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas pelo Estado. Mais: o PDUI deve ser elaborado democraticamente, no âmbito da estrutura de governança interfederativa, e aprovado por lei estadual, após apreciação pela Assembleia Legislativa do Estado, quando passará a ser referência para ações voltadas para a realidade regional.

Trata-se de uma abordagem nova dos planejamentos metropolitano e regional, em que Estado, municípios e os cidadãos compartilham decisões para o que for considerado problema comum a vários municípios.

Vale destacar, ainda, que o PDUI é um plano de ordenamento territorial, que trará diretrizes para a intervenção regional. Nesse sentido, cabe reiterar que a demanda e o atendimento de políticas setoriais específicas são realizados pelas secre-

tarias estaduais, responsáveis pelo desenho da política pública.

O projeto em curso já elaborou diversos documentos, que ampararam os debates ocorridos nas audiências públicas, e que formaram a base de consulta para que cidadãos e o poder público viessem a apresentar suas propostas. Foram produzidos: 1) Ordenamento Territorial; 2) Panorama Regional; e 3) Diagnóstico. Estas abordagens permitiram compor um retrato atualizado de cada região. Também foram produzidos cadernos de insumos para estimular o debate, contendo as principais propostas resultantes dos levantamentos e análises realizadas pela equipe técnica da Fipe, no sentido de fomentar a discussão nas audiências públicas.

Nessa fase do projeto, a equipe técnica da Fipe trabalhou junto com técnicos das prefeituras, com representações da sociedade civil e de se-

cretarias estaduais, durante oficinas regionais e reuniões de grupos de trabalho temático, chegando a uma versão preliminar de macrozoneamento regional e suas diretrizes.

Também foram definidas ações estratégicas e algumas propostas para áreas de interesse metropolitano, além de analisadas as Funções Públicas de Interesse Comum. Esta análise está disponível no documento elaborado, conforme já dito, para apoiar o debate democrático, denominado Caderno de Insumos para Estimular o Debate. Todos esses conteúdos estão disponíveis nas respectivas plataformas digitais de cada UR.

Feito isso, o passo seguinte foi a definição de 10 critérios a serem observados no processo de análise de cada proposta recebida (aba 1), sendo que **quatro desses critérios devem ser necessariamente satisfeitos para que ocorra a aceitação da proposta**. São eles: 1) Ter abrangência regional; 2) Possuir aderência com os propósitos do PDUI estabelecidos no Estatuto da Metrópole; 3) Possuir aderência com as temáticas desenvolvidas nas análises das Unidades Regionais; 4) Estar vinculada a alguma FPIC citada na lei de criação da UR.

CRITÉRIO 1. Ter abrangência regional

O crescimento demográfico e a expansão das cidades são processos que levam à crescente conurbação entre os municípios e à formação de redes de centralidades. Estes fatores, por sua vez, contribuem para que os municípios passem a ter uma progressiva dependência entre si. Assim, as pessoas residem em uma cidade, estudam em outra, fazem suas compras em uma terceira e transitam na própria UR para outras necessidades diárias. Ou seja: observa-se a intensificação da integração urbana e funcional entre os municípios – muitas vezes com o surgimento de novos polos.

Nesse contexto, os municípios também passam a sentir necessidade de articulação político-institucional para incrementar a provisão de serviços

básicos e investir em novas e melhores infraestruturas – o que exige planejamento e gestão considerando uma governança interfederativa.

Contudo, a ação municipal mostra-se fragmentada e limitada para enfrentar o planejamento, a gestão e o financiamento de projetos conjuntos necessários nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

Nesse sentido, o PDUI vem para propor a prevalência do interesse metropolitano sobre os interesses locais. Assim, as propostas não poderão indicar diretrizes ou ações que venham a beneficiar apenas um município, em detrimento dos demais que integram a UR.

CRITÉRIO 2. Possuir aderência com os propósitos do PDUI estabelecidos no Estatuto da Metrópole

As propostas devem guardar relação e atender aos temas de ordenamento territorial, das Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC) e da governança metropolitana interfederativa.

Conforme prevê a Lei nº 13.089/2015, espera-se como resultado do processo de construção do PDUI:

- ❑ Diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum, incluindo a proposição de projetos e ações prioritários para investimento.
- ❑ Macrozoneamento com indicação de áreas qualificadas, de acordo com seu desempenho frente às funções públicas de interesse comum dos municípios pertencentes à unidade regional, como, por exemplo: áreas com restrições à urbanização, visando à proteção ambiental e cultural, e/ou sujeitas a controle especial, pelos riscos advindos de desastres naturais; áreas de adensamento urbano; áreas destinadas à implantação de Habitação de Interesse Social (HIS); áreas sujeitas à regularização fundiária, entre outras.

- ❑ Diretrizes para a ação do Estado e dos municípios no parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, com vistas à implantação da proposta de macrozoneamento do PDUI.
- ❑ Diretrizes quanto à articulação dos municípios no parcelamento, uso e ocupação do solo urbano.
- ❑ Diretrizes para a articulação intersetorial das políticas públicas afetas à região.
- ❑ Definição do sistema de monitoramento e avaliação da implantação dos projetos e ações do PDUI.
- ❑ Proposta de processo que promova diálogos e estimule a formação de consensos políticos sobre objetivos, diretrizes e propostas do PDUI.
- ❑ Governança interfederativa, por meio do compartilhamento de decisões e recursos financeiros para fazer frente às ações propostas.

No que se refere ao ordenamento territorial, as propostas devem indicar temas assim relacionados:

- ❑ **Macrozoneamento:** exigência do Estatuto da Metrópole, desenha grandes perímetros no território, em função de características homogêneas em termos de ocupação urbana, vocação ambiental e de diretrizes quanto à articulação dos municípios e ao desenvolvimento regional. Sua função é orientar o planejamento do uso e ocupação do solo na unidade regional, servindo de referência para a revisão de planos municipais.
- ❑ **Estratégias para ação metropolitana:** têm por função básica promover a articulação setorial das diversas políticas de âmbito regional. As estratégias deverão coincidir com funções, serviços e programas de natureza sistêmica e de interesse comum entre os municípios e demais entes federativos.
- ❑ **Áreas de interesse metropolitano:** recortes específicos do território que permitem a articulação das ações interfederativas e intersetoriais, mediante regulações espe-

ciais e a utilização de instrumentos urbanísticos previstos nos Estatutos da Cidade e da Metrópole.

CRITÉRIO 3. Possuir aderência com as temáticas desenvolvidas nas análises das Unidades Regionais

Os panoramas regionais desenvolvidos para cada UR compuseram os estudos analíticos que propiciaram a abordagem integrada e transversal elaborada posteriormente no diagnóstico. Ambos os produtos foram disponibilizados nas plataformas digitais, a fim de compor a base de conhecimento e conteúdo que alicerçou os debates regionais.

No panorama, foram produzidos mapeamentos temáticos que ampararam a análise da atual gestão das FPICs, incorporando os diversos estudos existentes sobre as Unidades Regionais, sob diferentes enfoques, e que se relacionam com os planos setoriais e municipais a serem considerados na elaboração dos PDUIs.

A escolha das áreas temáticas partiu da identificação e contextualização das principais FPICs definidas em lei para cada Unidade Regional.

Também considerou que deveria ser desenvolvida uma abordagem regional sobre as principais questões relacionadas à dimensão físico-territorial do desenvolvimento, visando a posterior elaboração de diretrizes e ações estratégicas.

O panorama parte de questões gerais, que vieram a formar a base para a construção de um amplo quadro de referência. Essas questões contribuem para delimitar o universo do estudo, indicar as possíveis fontes de análise e auxiliar na construção de cenários de desenvolvimento para as regiões a serem estudadas.

É de fundamental importância entender quais são as **questões regionais estratégicas que servirão de base para a formulação de diretrizes e propostas articuladas**, centradas na dimensão físico-territorial do desenvolvimento metropolitano.

São quatro os temas norteadores do desenvolvimento, que estão baseados nas FPICs definidas nas leis de formação de cada Unidade Regional:

- ❑ **Planejamento Territorial e Uso do Solo:** considera-se essa a FPIC com maior impacto no bem-estar da população, em especial, a mais vulnerável. Os instrumentos de regulação do uso e da ocupação do solo urbano e os procedimentos de gestão urbana e ambiental reúnem o maior desafio institucional do PDUI. Para isso, são essenciais a análise e a caracterização da mancha urbana, de seu processo de expansão e das alterações do uso do solo.
- ❑ **Mobilidade e Transporte:** o foco é no sistema viário regional, no transporte de cargas e nas interdependências viárias das áreas conurbadas e de deslocamento, frente à rede de centralidades. Questões que dizem respeito às condições de provimento e da eficiência dos sistemas de infraestrutura e de serviços urbanos relativos à mobilidade urbana e logística regional estão consideradas.
- ❑ **Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos:** nesse tema estão presentes as análises das grandes unidades ambientais, com destaque para: áreas de mananciais; principais bacias hidrográficas existentes nas URs; criação e manutenção das unidades de conservação; integração das redes de água e esgoto; tratamento e destinação final de resíduos sólidos; e as situações de risco e degradação ambiental que acarretam redução da qualidade de vida. Foram identificados os compartimentos ambientais que apresentam relevantes atributos paisagísticos e culturais, as áreas prestadoras de serviços ecossistêmicos e a legislação ambiental com rebatimento na regulação do uso e ocupação do solo.
- ❑ **Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social:** no caso do Desenvolvimento Econômico, as análises deram prioridade à indicação de programas, projetos

e ações que venham a potencializar os investimentos produtivos em curso e/ou programados e equacionem os principais gargalos ao desenvolvimento econômico e à competitividade das URs.

No que se refere ao Atendimento Social, foram analisadas as redes de saúde, educação e assistência social dos municípios, com o intuito de compreender se esses serviços possuíam escala regional, que permitisse acesso a todos municípios e se contavam com estruturas de políticas públicas hierarquizadas. Como exemplo, em relação à rede de saúde, as análises priorizaram a avaliação dos pontos de atração e de prestação de serviços.

A abordagem dos serviços de saúde no âmbito do PDUI limita-se a examinar a distribuição dos equipamentos nos espaços urbanos e propor a atuação integrada das políticas públicas sociais às políticas de urbanização. Ou seja, a abordagem do Atendimento Social procurou conhecer os relacionamentos entre as cidades pertencentes às URs, com base na análise dos fluxos de serviços, no intuito de contribuir para escolhas locais e da possibilidade de ampliar o acesso da população a esses serviços.

Dentre os temas acima descritos, o objetivo geral foi identificar, analisar e propor ações estratégicas referentes às FPICs, respeitando cada especificidade das URs.

Cabe destacar que o panorama elaborado para cada UR procurou dar uma visão sobre os problemas regionais, suas principais potencialidades e fragilidades, na perspectiva de análise indicada por eixos temáticos, a serem adotados como apoio à formulação das diretrizes e ações do PDUI.

As áreas temáticas revelam o esforço em tratar, de forma transversal e integrada, as pautas que contribuem para minimizar os desequilíbrios regionais internos. Foram definidas a partir de as-

pectos essenciais, que informam o ordenamento e a visão territorial com compromisso de desenvolvimento regional. São as seguintes:

- ❑ Estruturação urbana, processo de urbanização e rede de centralidades.
- ❑ Vulnerabilidade socioterritorial, política habitacional e equipamentos públicos.
- ❑ Mobilidade, transporte e logística.
- ❑ Dinâmica econômica.
- ❑ Patrimônio ambiental e recursos hídricos.
- ❑ Infraestrutura urbana.
- ❑ Gestão pública e governança regional.

A interpretação e a análise cruzada dessas áreas temáticas deram origem às áreas transversais, com caráter transdisciplinar, e que buscaram efetuar uma integração entre as temáticas setoriais tradicionais (análise disponível no produto Diagnóstico). Reúnem temas considerados centrais no processo de urbanização e desenvolvimento metropolitano das Unidades Regionais, e, em suma, são responsáveis por nortear a identificação de problemas, potencialidades e seus desdobramentos em aspectos físico-territoriais nos PDUIs.

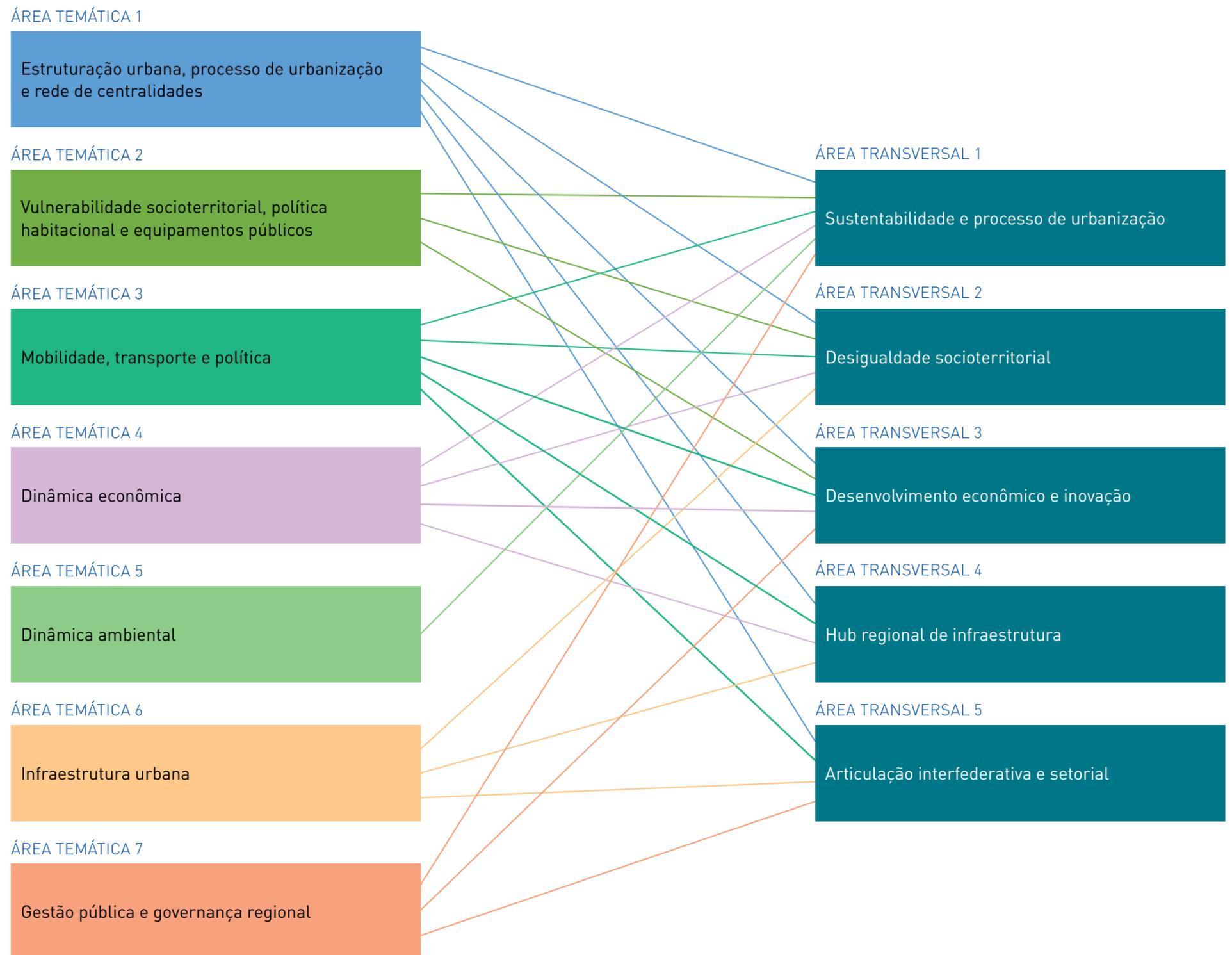
Foram definidas, ao todo, cinco Áreas Transversais e suas correspondências com as Áreas Temáticas, conforme mostra a Figura 2.

CRITÉRIO 4. Possuir vinculação com alguma FPIC citada na lei de criação da UR

O PDUI é por definição um plano de diretrizes. Por meio de estratégias e ações, o plano contribui para articular – de forma interfederativa – as políticas públicas em prol da eficiência na implementação das Funções Públicas de Interesse Comum. E este é o que pode ser chamado de exercício da governança metropolitana.

O Art. 2º, inciso II, do Estatuto da MetrÓpole define a Função Pública de Interesse Comum (FPIC) como “política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Mu-

FIGURA 2



nicípios limítrofes”. São as FPICs que, em última instância, justificam a integração e o compartilhamento de atividades de gestão e de responsabilidades. Em termos jurídicos, a designação de uma FPIC é pressuposto de existência de uma unidade regional.

Assim, é fundamental que a proposta responda positivamente ao **Critério 4**, que indica a qual FPIC ela está relacionada. Isso pressupõe que a diretriz, estratégia ou Plano de ação a ser indicado na proposta somente poderá ocorrer se sua realização por um ente depender de outro.

Os demais critérios abaixo listados procuram aperfeiçoar as propostas recebidas para que venham a compor o Caderno de Propostas. São eles:

CRITÉRIO 5. Intersetorialidade

Esse critério visa, já de antemão, estabelecer as diretrizes quanto à articulação intersetorial das políticas públicas afetas à unidade territorial urbana, conforme Artigo 12 do Estatuto da Metrópole.

CRITÉRIO 6. Identificação: diretriz, estratégia ou Plano de ação

As propostas analisadas e aceitas – e que consolidarão o Caderno de Propostas – deverão trazer as seguintes informações: princípios, objetivos e diretrizes relativas ao ordenamento territorial e aos eixos temáticos, para aplicação de políticas públicas transversais; à ação dos municípios no parcelamento, uso e ocupação do solo urbano (considerando a implantação da proposta de macrozoneamento); à articulação intersetorial das políticas públicas; e à definição do sistema de monitoramento e avaliação na implantação dos projetos e ações dos PDUIs. Ainda, constarão desse caderno as ações estratégicas de curto e médio prazos, resultantes das discussões realizadas nas fases precedentes.

CRITÉRIO 7. Incorporação ao macrozoneamento

Tal critério procura identificar se a proposta se relaciona com o macrozoneamento, ou seja: se

pretende trazer diretrizes para orientação do planejamento do uso e ocupação do solo na Unidade Regional; se propõe a articulação setorial das diversas políticas de âmbito regional; ou se remete a recortes específicos do território que permitem a articulação das ações interfederativas e intersetoriais, mediante a utilização de regulações especiais e de instrumentos urbanísticos previstos nos Estatutos da Cidade e da Metrópole.

Os demais critérios (8, 9 e 10) procuram analisar se a proposta necessita de desmembramento, se pode ser incluída integralmente ou se necessita de substituição por outra proposta mais estruturada. Muitas vezes, as propostas contêm mais de um programa ou ação, de modo que fragmentos destas propostas podem ser destinados a mais de uma proposta estruturada.

O resultado trará a seguinte classificação: **Aceita**, **Parcialmente Aceita** ou **Não Aceita**. A aba **Caderno**, para a qual migraram as propostas aceitas e as parcialmente aceitas, procura produzir um criterioso inventário da proposta, com a análise dos seguintes campos:

- Numeração da proposta – Todas as propostas recebidas foram numeradas por UR, para dar transparência ao processo de análise.
- Determinação de tema e subtema.
- Descrição integral da proposta.
- Localização ou abrangência.
- Principais entes responsáveis pela concretização da proposta.
- Secretarias estaduais/empresas/autarquias que deverão ser articuladas para encaminhamento da questão.
- Público-alvo da proposta.
- Questão a ser enfrentada.
- Objetivo metropolitano.
- Atividades de curto, médio e longo prazos demandadas para encaminhamento da proposta.
- Fontes de financiamento – O PDUI poderá explicitar alguns instrumentos para finan-

ciar projetos e ações, lembrando que, quando aprovado, torna-se a principal referência para a alocação de recursos provenientes de fundos e/ou outros instrumentos de financiamento público ou do investimento privado.

- Governança metropolitana – Quais são os mecanismos e instrumentos para a governança metropolitana interfederativa, com vistas a viabilizar a atuação conjunta dos agentes públicos do desenvolvimento regional (Governo Federal, Estado e Municípios) e de representantes dos agentes privados e da sociedade civil.

Assim, os três últimos detalhamentos das propostas incorporadas/aceitas indicam os instrumentos necessários para que as mesmas sejam implementadas ao longo dos 10 anos de vigência do PDUI. Além dos instrumentos de planejamento e gestão territorial, a implementação das propostas dos PDUIs será viabilizada pela utilização de instrumentos urbanísticos, ambientais e financeiros, de caráter urbano e/ou metropolitano, previstos no Estatuto da Cidade e no Estatuto da Metrópole e nas leis complementares que criam AUs e RMs. Dentre esses, destacam-se: a) Consórcios públicos; b) Contratos de gestão; c) Parcerias Público-Privadas (PPPs); d) Compensação por prestação de serviços de interesse metropolitano, entre eles o Pagamento por Serviços Ambientais / Ecossistêmicos; e) Operações urbanas consorciadas; f) Fundo Metropolitano de Desenvolvimento com participação dos entes federativos;

Por fim, a aba **Justificativa** da planilha de análise das propostas buscará fundamentar as causas da não incorporação de cada uma delas.

Após o debate e a consideração dos diversos grupos de trabalho, as propostas foram separadas de acordo com a razão pela qual não serão incorporadas:

- A proposta não será incorporada ao PDUI por tratar de tema de âmbito local. São pro-

postas que trazem questões que se restringem a uma localidade específica, como um município ou uma sub-região.

- A proposta não será tratada neste momento por não pertencer às FPICs selecionadas para este primeiro PDUI. São propostas que pertencem a funções públicas de interesse comum que não serão abordadas neste PDUI, como educação, saúde e segurança pública.
- A proposta não será incorporada ao PDUI por tratar de tema de responsabilidade de outra instância, a exemplo de secretarias estaduais, de instâncias municipal ou federal, de agências reguladoras, do Tribunal de Contas, de Comitês, entre outras.
- A proposta não será incorporada ao PDUI por já existir legislação que trata do tema. São propostas que abordam questões que são objeto de leis federais, estaduais ou municipais. A falta de aplicação destas leis não tem como ser solucionada pelo PDUI, cabendo às instâncias responsáveis identificarem e sanarem os problemas.
- A proposta não será incorporada ao PDUI por demandar uma política voltada ao estado inteiro, não apenas à região metropolitana.
- A proposta não será incorporada ao PDUI por solicitar a alteração de um artigo da Constituição Estadual, o que só pode ser realizado mediante Emenda Constitucional. Como o PDUI será uma Lei Ordinária, não tem como propor alteração de Constituição.

Planilhas de aproveitamento por UR

REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO

1. CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS | Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
SC-RMRP-001	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	<p>Prezadas e prezados, vimos, por meio desta, apresentar o Fórum Pró-Cultura da Região Metropolitana de Ribeirão Preto que, desde 2019, tem como objetivo fortalecer os vínculos regionais, identificando e conectando agentes e manifestações culturais em torno do debate sobre políticas públicas para a cultura, e demais propostas de fortalecimento das culturas no âmbito da região metropolitana, principalmente, através de encontros, reuniões e ações coletivas da sociedade civil em parceria com os gestores municipais, propondo pontos para o desenvolvimento cidadão que tanto almejamos. Fórum Pró-Cultura da RMRP</p> <p>Anexo - 1. A articulação da reformulação da Lei 1.290/2016 com a inclusão da cultura nas funções públicas de interesse comum ao estado e aos municípios da Região Metropolitana de Ribeirão Preto e o pleito aos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto para este campo funcional, como consta no</p> <p>Capítulo VI - das disposições transitórias, art. 1º e 2º ;</p> <p>2. A participação do Fórum Pró-Cultura da RMRP no Conselho Consultivo, como um canal de participação da sociedade civil nas questões relativas à cultura, segundo art. 14º ;</p> <p>3. Em decorrência da efetivação da Lei Aldir Blanc (2020/2021), a criação de um cadastro único, público e de fácil acesso, dos trabalhadores da cultura da região, e que possa ser consultado por gestores de toda a cadeia produtiva da economia criativa da cultura, com respeito e conforme estabelecido pela lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e o Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020 (autoridade nacional de proteção de dados -ANPD);</p> <p>4. A realização de uma pesquisa socioeconômica sobre o setor cultural e toda cadeia produtiva da nossa região, que forneça dados substanciais para o planejamento de políticas públicas culturais efetivas para o setor;</p> <p>5. A realização de encontros artísticos e culturais de múltiplas linguagens, bienal, que possam expor a criação de trabalhos, ideias e produtos artístico-culturais de profissionais, pesquisadores, como também mestres formados pela tradição dos variados saberes culturais de nossa região.</p>	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VII. Atendimento Social	✗	Plano de ação	✗	✓	✗	✓	✓	
SC-RMRP-004 (a)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	<p>Assim, para a área de Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social, as propostas listadas abaixo objetivam a articulação equilibrada entre o município-sede e demais municípios, prevendo cooperação entre si, fomentando inovação, tecnologia, turismo, sustentabilidade e qualificação do território.</p> <p>Desse modo, foram propostas as seguintes diretrizes:</p> <p>a) Implementar focos de investimento produtivo espalhados por toda RMRP, e não apenas na cidade sede;</p>	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico	✗	Diretriz	✗	✓	✗	✓	✓	

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
SC-RMRP-004 (b)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	b) Incentivar o empreendedorismo local, implementar atividades âncora, feiras e eventos culturais para promoção local e atração da população, a fim de movimentar a economia da RMRP.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico	✗	Estratégia	✗	✓	✗	✓	✓	
SC-RMRP-004 (c)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	c) Ampliar a infraestrutura das redes de telecomunicação por toda RMRP.	✓	✗	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico	✗	Estratégia	✗	✓	✗	✗	✗	
SC-RMRP-004 (d)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	d) Fomentar a constituição de compras públicas conjuntas, por meio de consórcios públicos, convênios de cooperação e outros previstos na Lei nº 13.089/2015.	✓	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico	✗	Estratégia	✗	✓	✗	✗	✗	
SC-RMRP-004 (e)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	e) Formular ações de desburocratização de serviços públicos, visando à oferta unificada e simplificada de serviços de abertura de empresas, licenciamento, alvarás, etc.	✗	✗	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico	✗	Estratégia	✗	✓	✗	✗	✗	
SC-RMRP-004 (f)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	f) Fomentar a simplificação de normas urbanísticas e edículas dos municípios constantes na RMRP.	✓	✓	✓	I. Planejamento e Uso do Solo	✓ Planejamento e Uso do Solo	Estratégia	✓	✓	✓	✓	✓	
SC-RMRP-004 (g)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	g) Pleitear a criação de ambiente favorável para o desenvolvimento de espaços de coworking, instituições de ensino e incubadoras de Startups.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico	✗	Estratégia	✗	✓	✓	✓	✓	
SC-RMRP-004 (h)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	h) Fomentar o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica voltados para o desenvolvimento sustentável.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico	✗	Estratégia	✗	✓	✗	✓	✓	
SC-RMRP-004 (i)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	i) Articular os centros de distribuição logística da RMRP, aumentando áreas de apoio logístico, qualificando estrutura viária e logísticas, com o objetivo de reduzir o tempo de viagem, custos de armazenagem de cargas dentro do território metropolitano e aumentar a competitividade do setor.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico	✓ Transporte e Sistema Viário	Estratégia	✗	✓	✗	✓	✓	
SC-RMRP-004 (j)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	j) Pleitear investimentos em infraestrutura, qualificação urbanística e mobilidade na RMRP, por meio da elaboração de planos, programas, operações consorciadas e projetos em áreas de interesse regional, visando à implantação de infraestrutura urbana (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, coleta de resíduos sólidos, energia elétrica, telefonia e rede de dados), qualificação do ambiente urbano (acessos viários pavimentados, calçadas, mobiliários, sinalização, arborização, parques, praças) e mobilidade (transportes coletivos, acesso para pedestres, ciclovias, acesso com condições adaptadas para deficientes);	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico	✓ Planejamento e Uso do Solo, Meio Ambiente e Saneamento Ambiental	Estratégia	✗	✓	✗	✓	✓	

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
SC-RMRP-004 (k)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	k) Criar plano de desenvolvimento sustentável do território rural da RMRP.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico	✓ Meio Ambiente e Saneamento Ambiental	Plano de ação	✗	✓	✗	✓	✓	
SC-RMRP-004 (l)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	l) Implementar políticas públicas de incentivo voltadas ao desenvolvimento de setores com valor agregado relativo alto, que sejam desenvolvidas com base nas vantagens competitivas locais.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico	✗	Estratégia	✗	✓	✗	✓	✓	
SC-RMRP-004 (m)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	m) Criar plano específico para o Desenvolvimento Econômico e Social – PDES, voltado a incentivar a instalação de indústrias de cadeias produtivas de interesse da RMRP.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico	✗	Plano de ação	✗	✓	✗	✓	✓	
SC-RMRP-004 (n)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	n) Criar uma gestão integrada do patrimônio cultural, por meio da criação de um cadastro único para bens culturais.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico	✗	Plano de ação	✗	✓	✗	✓	✓	
SC-RMRP-004 (o)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	o) Criação de linhas e programas de financiamento para ações de interesse do patrimônio cultural.	✓	✗	✗		✗	Plano de ação	✗	✓	✗	✗	✗	
SC-RMRP-004 (p)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	p) Utilizar instrumentos urbanísticos com o objetivo de restaurar e preservar os patrimônios cultural, material e imaterial da RMRP.	✓	✓	✓		✓ Planejamento e Uso do Solo	Diretriz	✓	✓	✗	✓	✓	
SC-RMRP-004 (q)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	q) Criar programas de bolsas de estudo, relacionados a setores econômicos de maior valor agregado, em parceria com o setor produtivo em toda RMRP.	✗	✗	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico	✗	Plano de ação	✗	✓	✗	✗	✗	

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES		
SC-RMRP-007	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	<p>Planejamento para o desenvolvimento do grande potencial turístico de lazer que hoje não é explorado.</p> <p>O centrinho histórico do Distrito de Bonfim Paulista tem grande potencial para se desenvolver como polo de artesanatos, bares/restaurantes, centrinhos culturais e festivais de rua.</p> <p>Altinópolis como estância climática, tendo altitude superior a 1.000m e clima bastante diferente do restante da região metropolitana, valorizando/desenvolvendo seu centrinho histórico, incentivar implementação de hotéis fazenda, valorizar turismo de natureza, festivais.</p> <p>Implementação do projeto existente do trem turístico Ribeirão – Altinópolis na malha férrea abandonada, para os finais de semana.</p> <p>Melhor aproveitamento e desenvolvimento do turismo de natureza/trilhas/cachoeiras em Cajuru, bem como seu centrinho histórico.</p> <p>Impulsionar o turismo em Brodowski e Batatais referente às obras e ao museu Cândido Portinari. Possibilidade de implementação de futuro trem turístico partindo de Ribeirão aos finais de semana ao recuperar malha férrea e estações abandonadas ou ocupadas ao longo do trajeto.</p> <p>Distrito de Jurucê com grande potencial, com bares/restaurantes aos finais de semana, bem como patrimônio ferroviário.</p> <p>Sertãozinho – Pontal com museu da cana-de-açúcar e projeto existente para trem turístico.</p> <p>Garantir maior proteção e maior valorização para o turismo do patrimônio arquitetônico do centro histórico de Ribeirão Preto, que vem se apagando a cada ano.</p> <p>Plano para maior desenvolvimento do turismo do Polo Cervejeiro de Ribeirão Preto.</p> <p>Desenvolver/criar novas áreas de parques estaduais na região, desenvolvendo áreas para exploração de turismo/lazer junto à natureza – Hoje só se tem áreas para agricultura, a população não tem grandes áreas de vegetação ou grandes parques no entorno para visitar/explorar aos finais de semana. (junta-se a isso a emergência climática e a situação crítica no índice vermelho do último relatório estadual de baixíssima cobertura arbórea dos municípios da região).</p> <p>Planejar implementação de grandes museus como Pinacoteca do Estado, por exemplo, em Ribeirão Preto, para maior atração de turistas de outras partes do país para turismo cultural/artístico, atraindo visitantes aos museus e patrimônios já existentes na região, como MARP, Museu Portinari, Museu da Cana, Casa da Memória Italiana, Centro Cultural Palace, MIS, IFF, etc.</p> <p>Entre outros potenciais inexplorados, além de diversos projetos no papel já desenvolvidos por diversas entidades, municípios e coletivos.</p>				Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social: VI. Desenvolvimento Econômico			✓ Meio Ambiente e Saneamento Ambiental	Plano de ação	✗	✓	✗	✓	✓	

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES	
PP-RMRP-001	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social (tema original: Planejamento Territorial e Uso do Solo)	VII. Atendimento Social (tema original: I. Planejamento e Uso do Solo)	Sistema inteligente de monitoramento populacional Ribeirão Preto Trata-se de um aplicativo de densidade demográfica para aplicação de novas políticas públicas, em especial, prevendo os investimentos nas áreas: 1ª – cidadania = com acesso aos serviços públicos; 2ª – saúde = creche e pré-escola; 3ª – ensino = cursos profissionalizantes; 4ª – esportes = formando cidadãos; 5ª – cultura = formando talentos intelectuais; 6ª – moradia = futuras famílias. 7ª – transporte = com segurança e conforto. Desenvolvimento do software: Realizado pela prefeitura, garantindo os objetivos e a sua elevação de cidade inteligente ao patamar máximo, dando exemplo ao Brasil. Seu funcionamento: Trata-se de um aplicativo, entre a prefeitura, cartórios de pessoas naturais, autarquias, genitora e entidades de classe, que passam a trocar informações em um grande banco de dados, a partir do nascimento da criança. 1º passo: registro do nascimento da criança no cartório; 2º passo: cartório repassa esta informação do nascimento ao banco de dados da prefeitura; 3º passo: criança é cadastrada e monitorada por meio de programas sociais e inseridas com todas as garantias de serviços oferecidos até a sua formação como cidadão; 4º passo: centralização e aperfeiçoamento de programas sociais; 5º passo: formação de cidadão com tratamento humanizado e com política moderna; 6º passo: apuração municipal de densidade demográfica; 7º passo: permite no presente, políticas de futuro e suas demandas; 8º passo: convênios entre o estado e prefeitura, com inversão de valores; 9º passo: parcerias públicas e privadas de informações de fundo social; 10º passo: alcance dos objetivos.	X	X	X	VII. Atendimento Social	✓ Habitação - Desenvolvimento econômico - Esportes e lazer			X	X	X	✓	X	
PP-RMRP-003	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Nossa região metropolitana vem sofrendo muito com a demora para internar pacientes na rede hospitalar (SUS). Os pacientes chegam a ficar vários dias internados nos centros de atendimento das cidades aguardando vagas. Assim como foi feito com o hospital de Serrana, que foi regionalizado, seria muito importante regionalizar outros hospitais da região para tentar amenizar o problema, que é comum para todos prefeitos da região.	X	X	X	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico								X	
PP-RMRP-004	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	sugiro ampla discussão do governo do estado de são paulo com o estado de minas gerais, que vem apresentado propostas de renúncia fiscal e benefícios para que empresas da minha cidade e de outras fronteiriças, que está a 9 quilômetros da fronteira entre os estados, mudem-se para cidades vizinhas apenas para se valerem destas propostas, reduzirem custos (ou aumentar margens de lucro) e se tornarem mais competitivas (ou mais valiosas pelo aumento de margem). deve haver uma ampla discussão, se necessário junto ao confaz, para que se encontrem propostas que possam proporcionar concorrência perfeita com base em produtividade e competitividade.	X	X	X	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI. Desenvolvimento Econômico								X	
PP-RMRP-006	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Se faz urgente e necessária a adoção de ações em conjunto, visando a potencializar o turismo na RMRP, nos seus mais diversos segmentos, incluindo circuitos e rotas turísticas.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social IX. Turismo	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Estratégia	X	X	X	✓	✓		

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita X | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-RMRP-007	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Fortalecimento da zona rural da RMRP, de funções como o abastecimento e a segurança alimentar, buscando o incentivo a atividades rurais integradas às políticas de abastecimento e de conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades econômicas de baixo impacto ambiental. - Incentivo ao desenvolvimento de atividades sustentáveis de turismo rural, gastronômico e ambiental nas propriedades rurais da RMRP. - Melhoria no sistema de acesso e de escoamento da produção agrícola e pecuária da RMRP, bem como das demais infraestruturas de apoio à atividade rural.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social vi – desenvolvimento econômico	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos; Transporte e Sistema Viário	Estratégia	✗	✗	✗	✓	✓	
PP-RMRP-008	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social (tema original: Planejamento Territorial e Uso do Solo)	VII. Atendimento Social (tema original: III. Habitação)	Fortalecimento das coordenadorias municipais de Defesa Civil, no âmbito da RMRP, no sentido de dar continuidade ao trabalho de gestão integrada, incorporando as ações de prevenção e mitigação de riscos às políticas de habitação e meio ambiente. Faz -se necessária e urgente a adoção de ações que efetivem o fortalecimento da defesa civil de cada município, no tocante à disponibilização de equipamentos para enfrentamento das situações adversas, a exemplo de caminhão-pipa, drones, viaturas/ veículos , sistemas de videomonitoramento, etc.	✓	✗	✗	VII. Atendimento Social	✓ Habitação e Meio Ambiente	Plano de ação	✗	✓	✗	✓	✗	Parte da proposta, no que diz respeito à incorporação de ações de prevenção e mitigação de riscos às políticas de habitação e meio ambiente, está contemplada nas diretrizes das macrozonas de Interesse de Uso Urbano e de Proteção do Sistema Aquífero Guarani. Dúvida: de que forma o PDUI poderia fortalecer as defesas civis municipais?
PP-RMRP-015	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	É necessária uma ação de curto prazo relacionada ao desenvolvimento econômico sustentável, de modo a regularizar a perda de ICMS pelo estado de São Paulo e os efeitos disso nas cidades da região, principalmente aquelas que estão em áreas de divisa com o estado de Minas Gerais. É preciso que a questão tributária seja equilibrada para que alguns municípios consigam melhorar sua questão de pobreza.	✗	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VI. Desenvolvimento Econômico		Plano de ação					✗	
PP-RMRP-016	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Orçamento: a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo deve aprovar, da forma mais célere possível, o Fundo da Região Metropolitana de Ribeirão Preto.	✓	✗	✗			-					✗	
PP-RMRP-018	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Questão tributária relacionada à produção de cana de açúcar das usinas da região: com o objetivo de financiar projetos a longo prazo de políticas públicas, instituir royalties relacionados à energia envolvida na produção de cana-de-açúcar.	✓	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VI. Desenvolvimento Econômico		-					✗	
PP-RMRP-019	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Interesse turístico: Cidades e seus respectivos atrativos políticos como ferramenta para ligar pessoas; sistema de rotas turísticas; economia criativa.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – IX. Turismo	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Estratégia	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-RMRP-020	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Elaboração de um estudo que vise aproximar o Sistema Cross das demandas dos municípios da região e garantir uma melhor administração e distribuição das vagas de leitos, a fim de diminuir a sobrecarga e demandas da área da saúde dos municípios.	✗	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		-					✗	
PP-RMRP-021	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Criação de um plano de monitoramento integrado de segurança pública entre os municípios da região, com investimento em sistemas modernos, e que tenha integração entre as cidades.	✓	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		-					✗	

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

C7. Pode ser incorporada ao macrozoneamento?

C8. Necessita de desmembramento?

C9. Pode ser incluída integralmente?

C10. Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-RMRP-022	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Criação de um plano que busque identificar as carências nas áreas de educação e cultura e que proponha soluções para essas áreas.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VII – Atendimento Social	✗	—	✗	✗	✗	✓	✗	
PP-RMRP-023	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Criação de um galpão integrado para o comércio e indústria da região, diminuindo os custos para estes setores e fomentando a geração de empregos	✓	✗	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social VI – Desenvolvimento Econômico		—					✗	
PP-RMRP-027	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Criação de um plano de metas regionais e de cooperação, que vise atrair investimentos para desenvolver o setor da agropecuária.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VI. Desenvolvimento Econômico	✗	Diretriz	✗	✗	✗	✓	✓	
PP-RMRP-029	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Investimento nas políticas pública para o desenvolvimento humano, visão programas que fomenta a criação de empregos para a região.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social	✗	Diretriz	✗	✗	✗	✓	✓	
PP-RMRP-30	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Criação de um plano de estudo que monitore as demandas dos municípios em relação ao Sistema CROSS e que identifique, junto às prefeituras, possíveis soluções.	✗	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		—					✗	
PP-RMRP -031	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Descentralizar alguma das ações do Sistema CROSS e busca uma atuação a nível regional, visando as demandas e carências e propondo soluções regionais.	✗	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		—					✗	
PP-RMRP-033	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Criação de mecanismos de segurança que auxiliem a polícia militar na segurança pública da região.	✓	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		—					✗	
PP-RMRP-034	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Plano de estudo do turismo na região, visando elencar os potenciais turísticos, os principais pontos. Junto ao plano, mostrar os pontos de tangência entre o turismo e o desenvolvimento econômico dos municípios da região.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – IX. Turismo	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-RMRP-040	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Criação de mais um hospital regional para a ampliação de número de leitos e de atendimentos.	✗	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		—					✗	
PP-RMRP-041	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Criação de um plano de incentivo de desenvolvimentos para os municípios da região, buscando o fortalecimento dos distritos industriais da região e a criação de uma linha de crédito.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VI. Desenvolvimento Econômico	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✓	✓	

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-RMRP-042	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Estudo e implementação de projetos sociais que visem atender a população em situação de rua, bem como investigar as causas e potenciais soluções para essa questão.	✓	✓	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	
PP-RMRP-045	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Transporte de dados: é preciso que o transporte de dados tenha preços mais acessíveis e que as cidades que conformam a região metropolitana estejam no mesmo DDD para que as cobranças de ligações sejam a preços locais.	✗	✗	✗			Plano de ação					✗	
PP-RMRP-048	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Estudo e criação de uma política pública de acolhimento de pessoas em situação de rua, com especial foco em dependentes químicos, visando ações como internação, acompanhamento pós-alta, qualificação e inserção no mercado de trabalho.	✓	✓	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	
PP-RMRP-046	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Transporte de dados: organização da parte de telefonia relacionada ao DDD das cidades da região.	✗	✗	✗			Plano de ação					✗	
PP-RMRP-050	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Segurança: é preciso que haja uma atenção maior em relação à segurança nas áreas rurais.	✓	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		-					✗	
PP-RMRP-051	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Preparar a região para que esteja apta para a atual era digital por meio da troca de informações, instalação da internet 5G e interligação de todos os municípios para potencializar o desenvolvimento; incentivo a alternativas de fontes energéticas, principalmente a solar.	✗	✗	✗			Estratégia					✗	
PP-RMRP-053	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Reforma tributária: há de se fazer uma pressão para que a reforma tributária aconteça para resolver a guerra fiscal entre São Paulo e Minas Gerais, para que não haja mais perda de empresas.	✓	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VI. Desenvolvimento Econômico		-					✗	
PP-RMRP-054	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Estudo da oferta de mão de obra nos núcleos regionais dentro da região metropolitana, incluindo análises técnicas por parte das indústrias e serviços atuantes na região, de modo a estabelecer nichos capazes de conectar indústrias à mão de obra qualificada das Etecs da região.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VI. Desenvolvimento Econômico	✗	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-RMRP-060	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Centralizar o trabalho trazendo indústrias para a região, visto a dificuldade de transportar os trabalhadores para Ribeirão Preto.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VI. Desenvolvimento Econômico	✗	Diretriz	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-RMRP-061	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Aproveitamento do potencial turístico da região.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – IX. Turismo	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Estratégia	✗	✗	✓	✓	✓	

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

C7. Pode ser incorporada ao macrozoneamento?

C8. Necessita de desmembramento?

C9. Pode ser incluída integralmente?

C10. Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-RMRP-062	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Aproveitamento do Turismo Religioso da cidade de Tambaú e estruturação de um turismo regional, unindo demais municípios com oferta turística.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – IX. Turismo	✗	Estratégia	✗	✗	✗	✓	✓	
PP-RMRP-063	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Retomada das rotas de turismo da região e interlocução com órgãos que já cuidam da questão de turismo (Adetur, por exemplo) para gerar a interface entre municípios e entidades turísticas.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – IX. Turismo	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Estratégia	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-RMRP-064	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Fomento ao turismo, estabelecendo uma linha que permita unir o turismo da região com o turismo de Barretos, e converse mais com os demais potenciais turísticos da região.	✗	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – IX. Turismo		Estratégia					✗	
PP-RMRP-069	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Nova unidade do Banco do Brasil. A unidade atual é o único banco da cidade e possui capacidade insuficiente, gerando a necessidade de deslocamento para demais localidades.	✗	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		Plano de ação					✗	
PP-RMRP-074	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Aumento do número de vagas, melhora na legislação de vagas e aumento dos recursos relacionados à saúde.	✓	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		-					✗	
PP-RMRP-075	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Saúde: migração para a DRS de Ribeirão Preto visto a dificuldade do município com a Cross.	✗	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		-					✗	
PP-RMRP-076	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Aumento do número de leitos de UTI e da capacidade de transferência de pacientes pelo sistema Cross; Melhora na judicialização; Cobrança da eficácia dos planos de saúde para que seus beneficiários não sobrecarreguem a Rede SUS.	✗	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		-					✗	
PP-RMRP-077	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Agilizar o atendimento de vagas no Sistema Cross. Melhorar a judicialização por meio de gestão política junto às outras instâncias da Justiça (justiça local e demais instâncias), para que haja uma análise social do indivíduo a ser beneficiado e a participação efetiva do estado naqueles casos em que os pedidos forem garantidos ao requerente. Regionalização do sistema de saúde e criação de núcleos de especificação médica nas cidades que apresentam esse potencial, para fugir da baixa resolutividade dos hospitais atuais. Sugestão de utilizar a FAEPA (USP de Ribeirão Preto) no planejamento desses núcleos. Assessoria jurídica para os convênios e seguros de saúde, de modo que passem a realizar os serviços com eficiência, buscando diminuir a sobrecarga no sistema municipal de saúde.	✗	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		-					✗	

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUJ?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-RMRP-078	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Polarização em termos de saúde por meio da regionalização, principalmente no que diz respeito à média e alta complexidades e aos procedimentos cirúrgicos. Diminuição da judicialização, que é atualmente extrema e gera altos custos na aquisição de medicamentos e tecnologias.	X	X	X	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		-					X	
PP-RMRP-079	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Regulação de vagas no Sistema Cross.	X	X	X	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		-					X	
PP-RMRP-080	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Financiamento da saúde pública para os municípios, visto que, atualmente, o financiamento por parte da municipalidade está limitando a realização da saúde. Aumento do teto de medicamento com a Farmanet.		X	X	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		-					X	
PP-RMRP-081	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Regionalização do sistema de saúde.	X	X	X	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		-					X	
PP-RMRP-082	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Regulamentação da relação entre distribuição de recursos na área da saúde pelo governo federal e demanda de saúde na região.	X	X	X	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – VII. Atendimento Social		-					X	
PP-RMRP-088	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Galpão Integrado ou Espaço Logístico Regional. Na oportunidade, nos colocamos à disposição para elidir quaisquer dúvidas acerca da presente proposta. [Anexo] A proposta da criação do “Galpão Integrado” ou Espaço Logístico Regional vem ao encontro de uma necessidade econômica regional. Visa-se o auxílio no desenvolvimento das atividades comerciais e industriais, com a implementação de um local amplo, com acesso rápido às rodovias, e com gestão compartilhada (PPP). No tocante aos benefícios que serão trazidos, pontuamos a liberação de mais espaço dentro dos comércios e indústrias, onde eles consigam organizar melhor suas produções, além da possibilidade de rateio do frete para localidades em comum, o que barateia os serviços de logística, sobretudo a empresas de menor porte.	✓	✓	X			Plano de ação					X	
PP-RMRP-089	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Cadastro Regionalizado Cultural e Turístico. Na oportunidade, nos colocamos à disposição para elidir quaisquer dúvidas acerca da presente proposta. [Anexo] Propõe-se, a criação de um cadastro regionalizado de serviços, aparelhos e fazedores culturais e turísticos. O projeto será em formato de “mapa”, e tornará visível a oferta desses seguimentos, o que dará maior vitrine de oportunidades e geração de renda.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos: V – Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social: IX. Turismo	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos: V. Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social: IX. Turismo	Plano de ação	X	X	✓	✓	✓	

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?

- C8.** Necessita de desmembramento?

- C9.** Pode ser incluída integralmente?

- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita X | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-RMRP-013	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	X. Turismo	Inclusão da Câmara Técnica de Cultura e Turismo para que as discussões perpassem esses dois agentes geradores de emprego e renda e da transformação social.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social - IX. Turismo		Diretriz	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-RMRP-083	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Criação de um plano de estudo que monitore as demandas dos municípios em relação ao Sistema Cross e que identifique, junto às prefeituras, possíveis soluções.	✗	✗	✗	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social - VII. Atendimento Social		—					✗	

Nota:
Os quatro primeiros critérios terão que ser cumpridos integralmente (✓) para a aceitação das propostas.
Os demais destinam-se ao aperfeiçoamento das propostas.
As propostas aceitas devem migrar para a planilha Caderno, as não aceitas migram para a planilha Justificativa.

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

2. ANÁLISE DAS PROPOSTAS | Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA
SC-RMRP-001	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	<p>Prezadas e prezados, vimos, por meio desta, apresentar o Fórum Pró-Cultura da Região Metropolitana de Ribeirão Preto que, desde 2019, tem como objetivo fortalecer os vínculos regionais, identificando e conectando agentes e manifestações culturais em torno do debate sobre políticas públicas para a cultura, e demais propostas de fortalecimento das culturas no âmbito da região metropolitana, principalmente, através de encontros, reuniões e ações coletivas da sociedade civil em parceria com os gestores municipais, propondo pontos para o desenvolvimento cidadão que tanto almejamos. Fórum Pró-Cultura da RMRP</p> <p>Anexo - 1. A articulação da reformulação da Lei 1.290/2016 com a inclusão da cultura nas funções públicas de interesse comum ao estado e aos municípios da Região Metropolitana de Ribeirão Preto e o pleito aos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto para este campo funcional, como consta no Capítulo VI - das disposições transitórias, art. 1º e 2º;</p> <p>2. A participação do Fórum Pró-Cultura da RMRP no Conselho Consultivo, como um canal de participação da sociedade civil nas questões relativas à cultura, segundo art. 14º;</p> <p>3. Em decorrência da efetivação da Lei Aldir Blanc (2020/2021), a criação de um cadastro único, público e de fácil acesso, dos trabalhadores da cultura da região, e que possa ser consultado por gestores de toda a cadeia produtiva da economia criativa da cultura, com respeito e conforme estabelecido pela lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e o Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020 (autoridade nacional de proteção de dados – ANPD);</p> <p>4. A realização de uma pesquisa socioeconômica sobre o setor cultural e toda cadeia produtiva da nossa região, que forneça dados substanciais para o planejamento de políticas públicas culturais efetivas para o setor;</p> <p>5. A realização de encontros artísticos e culturais de múltiplas linguagens, bienal, que possam expor a criação de trabalhos, ideias e produtos artístico-culturais de profissionais, pesquisadores, como também mestres formados pela tradição dos variados saberes culturais de nossa região.</p>	Regional	Prefeituras municipais, Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa	Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa	Empresas e entidades ligadas aos setores culturais e turísticos	Desenvolvimento econômico e social, cadastro e manutenção do patrimônio histórico e cultural
SC-RMRP-004 (a)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	<p>Assim, para a área de Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social, as propostas listadas abaixo objetivam a articulação equilibrada entre o município-sede e demais municípios, prevendo cooperação entre si, fomentando inovação, tecnologia, turismo, sustentabilidade e qualificação do território.</p> <p>Desse modo, foram propostas as seguintes diretrizes:</p> <p>a) Implementar focos de investimento produtivo espalhados por toda RMRP e não apenas na cidade-sede;</p>	Regional	Prefeituras municipais, Governo do Estado	Secretaria da Cultura e Economia Criativa, SDE	População da RM	Disparidades / desequilíbrios na distribuição espacial de polos econômicos na região
SC-RMRP-004 (b)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	<p>b) Incentivar o empreendedorismo local, implementar atividades âncora, feiras e eventos culturais para promoção local e atração da população, a fim de movimentar a economia da RMRP.</p>	Regional	Prefeituras municipais, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Secretaria de Turismo, Secretaria de Cultura e Economia Criativa	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Secretaria de Turismo, Secretaria de Cultura e Economia Criativa	População da RM	Fortalecer o desenvolvimento econômico da região

CONTINUA ➔

> CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	OBJETIVO METROPOLITANO	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ODS
SC-RMRP-001	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	<p>Prezadas e prezados, vimos, por meio desta, apresentar o Fórum Pró-Cultura da Região Metropolitana de Ribeirão Preto que, desde 2019, tem como objetivo fortalecer os vínculos regionais, identificando e conectando agentes e manifestações culturais em torno do debate sobre políticas públicas para a cultura, e demais propostas de fortalecimento das culturas no âmbito da região metropolitana, principalmente, através de encontros, reuniões e ações coletivas da sociedade civil em parceria com os gestores municipais, propondo pontos para o desenvolvimento cidadão que tanto almejamos. Fórum Pró-Cultura da RMRP</p> <p>Anexo - 1. A articulação da reformulação da Lei 1.290/2016 com a inclusão da cultura nas funções públicas de interesse comum ao estado e aos municípios da Região Metropolitana de Ribeirão Preto e o pleito aos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto para este campo funcional, como consta no Capítulo VI - das disposições transitórias, art. 1º e 2º ;</p> <p>2. A participação do Fórum Pró-Cultura da RMRP no Conselho Consultivo, como um canal de participação da sociedade civil nas questões relativas à cultura, segundo art. 14º;</p> <p>3. Em decorrência da efetivação da Lei Aldir Blanc (2020/2021), a criação de um cadastro único, público e de fácil acesso, dos trabalhadores da cultura da região, e que possa ser consultado por gestores de toda a cadeia produtiva da economia criativa da cultura, com respeito e conforme estabelecido pela lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e o Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020 (autoridade nacional de proteção de dados -ANPD);</p> <p>4. A realização de uma pesquisa socioeconômica sobre o setor cultural e toda cadeia produtiva da nossa região, que forneça dados substanciais para o planejamento de políticas públicas culturais efetivas para o setor;</p> <p>5. A realização de encontros artísticos e culturais de múltiplas linguagens, bienal, que possam expor a criação de trabalhos, ideias e produtos artístico-culturais de profissionais, pesquisadores, como também mestres formados pela tradição dos variados saberes culturais de nossa região.</p>	Desenvolvimento econômico e social	Criação da Câmara temática no CDRMRP	Apoio à realização de Plano Interfederativo Metropolitano de Cultura		Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo)
SC-RMRP-004 (a)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	<p>Assim, para a área de Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social, as propostas listadas abaixo objetivam a articulação equilibrada entre o município-sede e demais municípios, prevendo cooperação entre si, fomentando inovação, tecnologia, turismo, sustentabilidade e qualificação do território. Desse modo, foram propostas as seguintes diretrizes:</p> <p>a) Implementar focos de investimento produtivo espalhados por toda RMRP e não apenas na cidade-sede;</p>	Melhor equilíbrio na distribuição de negócios e empregos na RM	Apoio à elaboração de estudos direcionados à entender a vocação da região, forças e desafios.	Articulação institucional com órgãos do governo do Estado, visando colocar a região como área favorável e atrativa a novos investimentos	Monitoramento das metas e ações	ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos; ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
SC-RMRP-004 (b)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	<p>b) Incentivar o empreendedorismo local, implementar atividades âncora, feiras e eventos culturais para promoção local e atração da população, a fim de movimentar a economia da RMRP.</p>	Melhor equilíbrio na distribuição de negócios e empregos na RM	Apoio a programas de capacitação técnica para empreendedores, estudo de feiras temáticas	Articulação para rede de apoio aos pequenos negócios, em parceria com setor privado	Monitoramento das ações	ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
SC-RMRP-004 (f)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	<p>f) Fomentar a simplificação de normas urbanísticas e edilícias dos municípios constantes na RMRP.</p>	Melhor equilíbrio na distribuição de negócios e empregos na RM	Publicação do ordenamento territorial a ser seguido pelos planos diretores municipais	Adequação dos planos diretores municipais ao PDUI RMRP	Monitoramento das ações que visaram à adequação	ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA
SC-RMRP-004 (f)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI- Desenvolvimento Econômico	f) Fomentar a simplificação de normas urbanísticas e edículas dos municípios constantes na RMRP.	Regional	Prefeituras municipais		Prefeituras municipais	Ausência de diretrizes comuns metropolitanas para os instrumentos de gestão urbanística
SC-RMRP-004 (g)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	g) Pleitear a criação de ambiente favorável para o desenvolvimento de espaços de coworking, instituições de ensino e incubadoras de startups.	Regional	Prefeituras municipais, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo	Profissionais de atividades ligadas à inovação	Desenvolvimento econômico
SC-RMRP-004 (h)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	h) Fomentar o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica voltados para o desenvolvimento sustentável.	Regional	Instituições de ensino e pesquisa, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (IPT e Fapesp)	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo	População da RM	Aproveitar a grande presença de universidades e centros tecnológicos na região e promover a articulação com vistas à inovação
SC-RMRP-004 (i)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	i) Articular os centros de distribuição logística da RMRP, aumentando áreas de apoio logístico, qualificando estrutura viária e logística, com o objetivo de reduzir o tempo de viagem, custos de armazenagem de cargas dentro do território metropolitano e aumentar a competitividade do setor.	Regional				
SC-RMRP-004 (j)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	j) Pleitear investimentos em infraestrutura, qualificação urbanística e mobilidade na RMRP, por meio da elaboração de planos, programas, operações consorciadas e projetos em áreas de interesse regional, visando à implantação de infraestrutura urbana (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, coleta de resíduos sólidos, energia elétrica, telefonia e rede de dados), qualificação do ambiente urbano (acessos viários pavimentados, calçadas, mobiliários, sinalização, arborização, parques, praças) e mobilidade (transportes coletivos, acesso para pedestres, ciclovias, acesso com condições adaptadas para deficientes).	Regional	Prefeituras municipais, Conselho de Desenvolvimento da RMRP	SDE, SLT, STM, SIMA	População da RM	Garantir a melhoria da qualidade urbana da RM em uma perspectiva multidimensional
SC-RMRP-004 (k)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	k) Criar plano de desenvolvimento sustentável do território rural da RMRP.	Regional	Prefeituras municipais, Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Produtores rurais	Desenvolvimento rural sustentável
SC-RMRP-004 (l)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	l) Implementar políticas públicas de incentivo, voltadas ao desenvolvimento de setores com valor agregado relativo alto, que sejam desenvolvidas com base nas vantagens competitivas locais.	Regional	Prefeituras municipais, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo	População da RM	Fortalecer o desenvolvimento econômico da região
SC-RMRP-004 (m)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	m) Criar plano específico para o Desenvolvimento Econômico e Social – PDES, voltado a incentivar a instalação de indústrias de cadeias produtivas de interesse da RMRP.	Regional	Prefeituras municipais, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Conselho de Desenvolvimento da RMRP	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo	População da RM	Fortalecer o desenvolvimento econômico da região
SC-RMRP-004 (n)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	n) Criar uma gestão integrada do patrimônio cultural, por meio da criação de um cadastro único para bens culturais.	Regional	Prefeituras municipais, Conselho de Desenvolvimento da RMRP	Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa	Prefeituras municipais	Desenvolvimento econômico e social, cadastro e manutenção do patrimônio histórico e cultural

CONTINUA ➤

> CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	OBJETIVO METROPOLITANO	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ODS
SC-RMRP-004 (g)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	g) Pleitear a criação de ambiente favorável para o desenvolvimento de espaços de coworking, instituições de ensino e incubadoras de startups.	Desenvolvimento econômico				ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
SC-RMRP-004 (h)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	h) Fomentar o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica voltados para o desenvolvimento sustentável.	Fortalecimento da base econômica da região	Articulação, em parceria com centros de ensino e empresas locais, nacionais e internacionais, de projetos de inovação tecnológica voltados para soluções sustentáveis. Apoio a estudo que vise a identificar áreas prioritárias para o desenvolvimento de projetos	Apoiar a elaboração de editais com vistas a atrair pesquisas relacionadas aos temas definidos	Monitoramento das ações executadas	ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
SC-RMRP-004 (i)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	i) Articular os centros de distribuição logística da RMRP, aumentando áreas de apoio logístico, qualificando estrutura viária e logística, com o objetivo de reduzir o tempo de viagem, custos de armazenagem de cargas dentro do território metropolitano e aumentar a competitividade do setor.					ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
SC-RMRP-004 (j)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	j) Pleitear investimentos em infraestrutura, qualificação urbanística e mobilidade na RMRP, por meio da elaboração de planos, programas, operações consorciadas e projetos em áreas de interesse regional, visando à implantação de infraestrutura urbana (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, coleta de resíduos sólidos, energia elétrica, telefonia e rede de dados), qualificação do ambiente urbano (acessos viários pavimentados, calçadas, mobiliários, sinalização, arborização, parques, praças) e mobilidade (transportes coletivos, acesso para pedestres, ciclovias, acesso com condições adaptadas para deficientes).	Melhorar a qualidade de vida da população da RM	Apoio à elaboração de plano regional de mobilidade urbana e de saneamento ambiental; constituição de parcerias	Articulação institucional com vistas a identificar os mecanismos de financiamento a serem acionados. Apoio técnico à elaboração das propostas	Monitoramento das metas e ações contidas no plano	ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
SC-RMRP-004 (k)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	k) Criar plano de desenvolvimento sustentável do território rural da RMRP.	Desenvolvimento rural sustentável	Criação da Câmara Temática no CMRMRP	Criação do plano de desenvolvimento rural sustentável da RMRP	Monitoramento das metas e ações contidas no plano	ODS 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
SC-RMRP-004 (l)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	l) Implementar políticas públicas de incentivo, voltadas ao desenvolvimento de setores com valor agregado relativo alto, que sejam desenvolvidas com base nas vantagens competitivas locais.	Melhor equilíbrio na distribuição de negócios e empregos na RM				ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
SC-RMRP-004 (m)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	m) Criar plano específico para o Desenvolvimento Econômico e Social – PDES, voltado a incentivar a instalação de indústrias de cadeias produtivas de interesse da RMRP.	Melhor equilíbrio na distribuição de negócios e empregos na RM				ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
SC-RMRP-004 (n)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	n) Criar uma gestão integrada do patrimônio cultural, por meio da criação de um cadastro único para bens culturais.	Desenvolvimento econômico e social	Criação da Câmara Temática no CDRMRP			ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo)

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA
SC-RMRP-004 (p)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	p) Utilizar de instrumentos urbanísticos com o objetivo de restaurar e preservar o patrimônio cultural, material e imaterial da RMRP.	Regional	Prefeituras municipais	Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa	Prefeituras municipais	Desenvolvimento Econômico e Social, cadastro e manutenção do patrimônio histórico e cultural
PP-RMRP-006	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Se faz urgente e necessária a adoção de ações em conjunto, visando a potencializar o turismo da RMRP, nos seus mais diversos segmentos, incluindo circuitos e rotas turísticas.	Regional	Prefeituras municipais, Conselho de Desenvolvimento da RMRP	Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Público em geral, empresas ligadas ao setor de turismo e hospitalidade, entidades públicas e privadas ligadas ao patrimônio histórico e cultural da região	Baixo desenvolvimento do setor turístico da região, necessidade de proteção e melhor utilização do patrimônio histórico e cultural
PP-RMRP-007	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Fortalecimento da zona rural da RMRP, das funções como o abastecimento e a segurança alimentar, buscando o incentivo a atividades rurais integradas às políticas de abastecimento e de conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades econômicas de baixo impacto ambiental. - Incentivo ao desenvolvimento de atividades sustentáveis de turismo rural, gastronômico e ambiental nas propriedades rurais da RMRP. - Melhoria dos sistemas de acesso e de escoamento da produção agrícola e pecuária da região, bem como das demais infraestruturas de apoio a atividade rural.	Regional	Prefeituras municipais, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Produtores rurais	Desenvolvimento rural sustentável
PP-RMRP-019	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Interesse turístico: cidades e seus respectivos atrativos políticos como ferramenta para ligar pessoas; sistema de rotas turísticas; economia criativa.	Regional	Prefeituras municipais, Conselho de Desenvolvimento da RMRP, Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Público em geral, empresas ligadas ao setor de turismo e hospitalidade, entidades públicas e privadas ligadas ao patrimônio histórico e cultural da região	Baixo desenvolvimento do setor turístico da região, necessidade de proteção e melhor utilização do patrimônio histórico e cultural
PP-RMRP-027	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Criação de um plano de metas regionais e de cooperação, que vise atrair investimentos para desenvolver o setor da agropecuária.	Regional	Prefeituras municipais, Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Produtores rurais	Desenvolvimento rural sustentável
PP-RMRP-029	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Investimento nas políticas públicas para o desenvolvimento humano, focando em programas que fomentem a criação de empregos para a região.	Regional	Prefeituras municipais, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Conselho de Desenvolvimento da RMRP	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo		
PP-RMRP-034	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Plano de estudo do turismo na região, visando elencar os potenciais turísticos, os principais pontos. Junto ao plano, mostrar os pontos de tangência entre o turismo e o desenvolvimento econômico dos municípios da região.	Regional	Prefeituras municipais, Conselho de Desenvolvimento da RMRP, Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Público em geral, empresas ligadas ao setor de turismo e hospitalidade, entidades públicas e privadas ligadas ao patrimônio histórico e cultural da região	Baixo desenvolvimento do setor turístico da região, necessidade de proteção e melhor utilização do patrimônio histórico e cultural
PP-RMRP-041	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Criação de um plano de incentivo de desenvolvimento para os municípios da região, buscando o fortalecimento dos distritos industriais da região e a criação de uma linha de crédito.	Regional	Prefeituras municipais, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Conselho de Desenvolvimento da RMRP	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo		

CONTINUA ➤

> CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	OBJETIVO METROPOLITANO	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ODS
SC-RMRP-004 (p)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	p) Utilizar de instrumentos urbanísticos com o objetivo de restaurar e preservar o patrimônio cultural, material e imaterial da RMRP.	Desenvolvimento Econômico e Social	Criação da Câmara Temática no CDRMRP			ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo)
PP-RMRP-006	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Se faz urgente e necessária a adoção de ações em conjunto, visando a potencializar o turismo da RMRP, nos seus mais diversos segmentos, incluindo circuitos e rotas turísticas.	Desenvolvimento Econômico e Social	Formação da(s) câmara(s) temática(s) relacionadas ao temas.	Criação de um plano de turismo regional	Monitoramento das metas e ações contidas no plano	ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
PP-RMRP-007	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Fortalecimento da zona rural da RMRP, das funções como o abastecimento e a segurança alimentar, buscando o incentivo a atividades rurais integradas às políticas de abastecimento e de conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades econômicas de baixo impacto ambiental. - Incentivo ao desenvolvimento de atividades sustentáveis de turismo rural, gastronômico e ambiental nas propriedades rurais da RMRP. - Melhoria dos sistemas de acesso e de escoamento da produção agrícola e pecuária da região, bem como das demais infraestruturas de apoio a atividade rural.	Desenvolvimento Econômico e Social	Formação da(s) câmara(s) temática(s) relacionadas ao tema.	Criação do plano de desenvolvimento rural sustentável da RMRP; criação de um plano de turismo regional	Monitoramento das metas e ações contidas no plano	ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
PP-RMRP-019	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Interesse turístico: cidades e seus respectivos atrativos políticos como ferramenta para ligar pessoas; sistema de rotas turísticas; economia criativa.	Desenvolvimento Econômico e Social	Formação da(s) câmara(s) temática(s) relacionadas ao tema.	Criação de um plano de turismo regional	Monitoramento das metas e ações contidas no plano	ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
PP-RMRP-027	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Criação de um plano de metas regionais e de cooperação, que vise atrair investimentos para desenvolver o setor da agropecuária.	Desenvolvimento Econômico e Social	Formação da(s) câmara(s) temática(s) relacionadas ao tema.	Criação do plano de desenvolvimento rural sustentável da RMRP	Monitoramento das metas e ações contidas no plano	ODS 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
PP-RMRP-029	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Investimento nas políticas públicas para o desenvolvimento humano, focando em programas que fomentem a criação de empregos para a região.					ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
PP-RMRP-034	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Plano de estudo do turismo na região, visando elencar os potenciais turísticos, os principais pontos. Junto ao plano, mostrar os pontos de tangência entre o turismo e o desenvolvimento econômico dos municípios da região.	Desenvolvimento Econômico e Social	Formação da(s) câmara(s) temática(s) relacionadas ao tema.	Criação de um plano de turismo regional	Monitoramento das metas e ações contidas no plano	ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
PP-RMRP-041	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Criação de um plano de incentivo de desenvolvimento para os municípios da região, buscando o fortalecimento dos distritos industriais da região e a criação de uma linha de crédito.					ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA
PP-RMRP-019	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Interesse turístico: cidades e seus respectivos atrativos políticos como ferramenta para ligar pessoas; sistema de rotas turísticas; economia criativa.	Regional	Prefeituras municipais, Conselho de Desenvolvimento da RMRP, Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Público em geral, empresas ligadas ao setor de turismo e hospitalidade, entidades públicas e privadas ligadas ao patrimônio histórico e cultural da região	Baixo desenvolvimento do setor turístico da região, necessidade de proteção e melhor utilização do patrimônio histórico e cultural
PP-RMRP-054	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Estudo da oferta de mão de obra nos núcleos regionais dentro da região metropolitana, por meio de análises técnicas por parte das indústrias e serviços atuantes na região, de modo a estabelecer nichos capazes de conectar indústrias à mão de obra qualificada das Etecs da região.	Regional	Prefeituras municipais, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Conselho de Desenvolvimento da RMRP	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo	Empresas instaladas na região, Centro Paula Souza	Baixa oferta de mão de obra qualificada e adequada às necessidades regionais
PP-RMRP-063	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Retomada das rotas de turismo da região e interlocução com órgãos que já cuidam da questão de turismo (Adetur, por exemplo) para gerar a interface entre municípios e entidades turísticas.	Regional	Prefeituras municipais, Conselho de Desenvolvimento da RMRP, Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Público em geral, empresas ligadas ao setor de turismo e hospitalidade, entidades públicas e privadas ligadas ao patrimônio histórico e cultural da região	Baixo desenvolvimento do setor turístico da região, necessidade de proteção e melhor utilização do patrimônio histórico e cultural
PP-RMRP-060	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Centralizar o trabalho, trazendo indústrias para a região, visto a dificuldade de transportar os trabalhadores para Ribeirão Preto.	Regional	Prefeituras Municipais, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Conselho de Desenvolvimento da RMRP	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo		Disparidades regionais
PP-RMRP-062	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Aproveitamento do Turismo Religioso da cidade de Tambaú e estruturação de um turismo regional, unindo demais municípios com oferta turística	Regional	Prefeituras municipais, Conselho de Desenvolvimento da RMRP, Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Público em geral, empresas ligadas ao setor de turismo e hospitalidade, entidades públicas e privadas ligadas ao patrimônio histórico e cultural da região	Baixo desenvolvimento do setor turístico da região, necessidade de proteção e melhor utilização do patrimônio histórico e cultural
PP-RMRP-061	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Aproveitamento do potencial turístico da região.	Regional	Prefeituras municipais, Conselho de Desenvolvimento da RMRP, Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Público em geral, empresas ligadas ao setor de turismo e hospitalidade, entidades públicas e privadas ligadas ao patrimônio histórico e cultural da região	Baixo desenvolvimento do setor turístico da região, necessidade de proteção e melhor utilização do patrimônio histórico e cultural
PP-RMRP-087	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos e Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	V. Meio Ambiente e IX. Turismo	Monte Alto tem vivido essa realidade de fomento às Unidades de Conservação privadas, via RPPNs. Uma está em vias de reconhecimento estadual (em fase final) e outras duas finalizando o envio de documentação para solicitar o reconhecimento. São inúmeros recursos que podemos extrair com esse projeto. Em nosso município, temos visto e trabalhado com as RPPNs, como locais de Educação Ambiental e de fomento ao Turismo Ecológico. Pretende-se, por meio dessa proposta, estimular cada vez mais essa iniciativa via região metropolitana.	Regional	Prefeituras municipais, Conselho de Desenvolvimento da RMRP, Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo	Prefeituras municipais, Conselho de Desenvolvimento da RMRP, Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo	Proprietários rurais, prefeituras municipais	Baixa cobertura vegetal da região; desenvolvimento econômico

CONTINUA ➤

> CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	OBJETIVO METROPOLITANO	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ODS
PP-RMRP-019	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Interesse turístico: cidades e seus respectivos atrativos políticos como ferramenta para ligar pessoas; sistema de rotas turísticas; economia criativa.	Desenvolvimento Econômico e Social	Formação da(s) câmara(s) temática(s) relacionadas ao tema.	Criação de um plano de turismo regional	Monitoramento das metas e ações contidas no plano	ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e produtivo e trabalho decente para todas e todos
PP-RMRP-054	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Estudo da oferta de mão de obra nos núcleos regionais dentro da região metropolitana, por meio de análises técnicas por parte das indústrias e serviços atuantes na região, de modo a estabelecer nichos capazes de conectar indústrias à mão de obra qualificada das Etecs da região.	Desenvolvimento Econômico e Social	Articulação institucional entre o CDRMRP, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Centro Paula Souza	Condução de pesquisa junto às empresas da região, com o objetivo de determinar a demanda por profissionais de nível técnico		ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e produtivo e trabalho decente para todas e todos
PP-RMRP-063	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Retomada das rotas de turismo da região e interlocução com órgãos que já cuidam da questão de turismo (Adetur, por exemplo) para gerar a interface entre municípios e entidades turísticas.	Desenvolvimento Econômico e Social	Formação da(s) câmara(s) temática(s) relacionadas ao tema.	Criação de um plano de turismo regional	Monitoramento das metas e ações contidas no plano	ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e produtivo e trabalho decente para todas e todos
PP-RMRP-060	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Centralizar o trabalho, trazendo indústrias para a região, visto a dificuldade de transportar os trabalhadores para Ribeirão Preto.	Desenvolvimento Econômico e Social				ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e produtivo e trabalho decente para todas e todos
PP-RMRP-062	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Aproveitamento do Turismo Religioso da cidade de Tambaú e estruturação de um turismo regional, unindo demais municípios com oferta turística	Desenvolvimento Econômico e Social	Formação da(s) câmara(s) temática(s) relacionadas ao tema.	Criação de um plano de turismo regional	Monitoramento das metas e ações contidas no plano	ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e produtivo e trabalho decente para todas e todos
PP-RMRP-061	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Aproveitamento do potencial turístico da região.	Desenvolvimento Econômico e Social	Formação da(s) câmara(s) temática(s) relacionadas ao tema.	Criação de um plano de turismo regional	Monitoramento das metas e ações contidas no plano	ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e produtivo e trabalho decente para todas e todos
PP-RMRP-087	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos e Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	V. Meio Ambiente e IX. Turismo	Monte Alto tem vivido essa realidade de fomento às Unidades de Conservação privadas, via RPPNs. Uma está em vias de reconhecimento estadual (em fase final) e outras duas finalizando o envio de documentação para solicitar o reconhecimento. São inúmeros recursos que podemos extrair com esse projeto. Em nosso município, temos visto e trabalhado com as RPPNs, como locais de Educação Ambiental e de fomento ao Turismo Ecológico. Pretende-se, por meio dessa proposta, estimular cada vez mais essa iniciativa via região metropolitana.	Desenvolvimento econômico; sustentabilidade ambiental				Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA
SC-RMRP-007	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	<p>Planejamento para o desenvolvimento do grande potencial turístico de lazer que hoje não é explorado.</p> <p>Centrinho histórico do Distrito de Bonfim Paulista tem grande potencial para se desenvolver como polo de artesanatos, bares/restaurantes, centrinhos culturais e festivais de rua.</p> <p>Altinópolis, como estância climática, tendo altitude superior a 1.000m e clima bastante diferente do restante da região metropolitana, valorizando/desenvolvendo seu centrinho histórico, incentivar implementação de hotéis-fazenda, valorizar turismo de natureza, festivais.</p> <p>Implementação do projeto existente do trem turístico Ribeirão – Altinópolis, na malha férrea abandonada, para os finais de semana.</p> <p>Melhor aproveitamento e desenvolvimento do turismo de natureza/trilhas/cachoeiras em Cajuru, bem como seu centrinho histórico.</p> <p>Impulsionar o turismo em Brodowski e Batatais, referente às obras e ao museu Cândido Portinari. Possibilidade de implementação de futuro trem turístico, partindo de Ribeirão aos finais de semana, ao recuperar malha férrea e estações abandonadas ou ocupadas ao longo do trajeto.</p> <p>Distrito de Jurucê com grande potencial com bares/restaurantes aos finais de semana, bem como patrimônio ferroviário.</p> <p>Sertãozinho – Pontal, com Museu da Cana-de-Açúcar e projeto existente para trem turístico.</p> <p>Garantir maior proteção e maior valorização para turismo do patrimônio arquitetônico do centro histórico de Ribeirão Preto, que vem se apagando a cada ano.</p> <p>Plano para maior desenvolvimento do turismo do Polo Cervejeiro de Ribeirão Preto.</p> <p>Desenvolver/criar novas áreas de parques estaduais na região, desenvolvendo áreas para exploração de turismo/lazer junto à natureza. Hoje só se tem áreas para agricultura, a população não tem grandes espaços de vegetação ou grandes parques no entorno para visitar/explorar aos finais de semana. (junta-se a isso a emergência climática e a situação crítica no índice vermelho do último relatório estadual de baixíssima cobertura arbórea dos municípios da região).</p> <p>Planejar implementação de grandes museus como Pinacoteca do estado, por exemplo, em Ribeirão Preto, para maior atração de turistas de outras partes do país para turismo cultural/artístico, atraindo turistas aos museus e patrimônios já existentes na região, como MARP, Museu Portinari, Museu da Cana, Casa da Memória Italiana, Centro Cultural Palace, MIS, IFF, etc.</p> <p>Entre outros potenciais inexplorados, além de diversos projetos no papel já desenvolvidos por diversas entidades, municípios e coletivos.</p>	Regional	Prefeituras municipais, Conselho de Desenvolvimento da RMRP, Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo	Prefeituras Municipais, Conselho de Desenvolvimento da RMRP, Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo	Público em geral, empresas ligadas ao setor de turismo e hospitalidade, entidades públicas e privadas ligadas ao patrimônio histórico e cultural da região	Baixo desenvolvimento do setor turístico da região, necessidade de proteção e melhor utilização do patrimônio histórico e cultural
PP-RMRP-013	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Inclusão da Câmara Técnicas de Cultura e Turismo para que as discussões perpassem esses dois agentes geradores de emprego e renda e da transformação social.	Regional	Prefeituras Municipais, Conselho de Desenvolvimento da RMRP, Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo	Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo	Público em geral, empresas ligadas ao setor de turismo e hospitalidade, entidades públicas e privadas ligadas ao patrimônio histórico e cultural da região.	Baixo desenvolvimento do setor turístico da região, necessidade de proteção e melhor utilização do patrimônio histórico e cultural.

CONTINUA ➔

> CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	OBJETIVO METROPOLITANO	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ODS
SC-RMRP-007	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX - Turismo	<p>Planejamento para o desenvolvimento do grande potencial turístico de lazer que hoje não é explorado.</p> <p>Centrinho histórico do Distrito de Bonfim Paulista tem grande potencial para se desenvolver como polo de artesanatos, bares/restaurantes, centrinhos culturais e festivais de rua.</p> <p>Altinópolis, como estância climática, tendo altitude superior a 1.000m e clima bastante diferente do restante da região metropolitana, valorizando/desenvolvendo seu centrinho histórico, incentivar implementação de hotéis-fazenda, valorizar turismo de natureza, festivais.</p> <p>Implementação do projeto existente do trem turístico Ribeirão – Altinópolis, na malha férrea abandonada, para os finais de semana.</p> <p>Melhor aproveitamento e desenvolvimento do turismo de natureza/trilhas/cachoeiras em Cajuru, bem como seu centrinho histórico.</p> <p>Impulsionar o turismo em Brodowski e Batatais, referente às obras e ao museu Cândido Portinari. Possibilidade de implementação de futuro trem turístico, partindo de Ribeirão aos finais de semana, ao recuperar malha férrea e estações abandonadas ou ocupadas ao longo do trajeto.</p> <p>Distrito de Jurucê com grande potencial com bares/restaurantes aos finais de semana, bem como patrimônio ferroviário.</p> <p>Sertãozinho – Pontal, com Museu da Cana-de-Açúcar e projeto existente para trem turístico.</p> <p>Garantir maior proteção e maior valorização para turismo do patrimônio arquitetônico do centro histórico de Ribeirão Preto, que vem se apagando a cada ano.</p> <p>Plano para maior desenvolvimento do turismo do Polo Cervejeiro de Ribeirão Preto.</p> <p>Desenvolver/criar novas áreas de parques estaduais na região, desenvolvendo áreas para exploração de turismo/lazer junto à natureza. Hoje só se tem áreas para agricultura, a população não tem grandes espaços de vegetação ou grandes parques no entorno para visitar/explorar aos finais de semana. (junta-se a isso a emergência climática e a situação crítica no índice vermelho do último relatório estadual de baixíssima cobertura arbórea dos municípios da região).</p> <p>Planejar implementação de grandes museus como Pinacoteca do estado, por exemplo, em Ribeirão Preto, para maior atração de turistas de outras partes do país para turismo cultural/artístico, atraindo turistas aos museus e patrimônios já existentes na região, como MARP, Museu Portinari, Museu da Cana, Casa da Memória Italiana, Centro Cultural Palace, MIS, IFF, etc.</p> <p>Entre outros potenciais inexplorados, além de diversos projetos no papel já desenvolvidos por diversas entidades, municípios e coletivos.</p>	Desenvolvimento Econômico e Social	Formação da(s) câmara(s) temática(s) relacionadas ao tema.	Criação de um plano de turismo regional	Monitoramento das metas e ações contidas no plano	ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e produtivo e trabalho decente para todas e todos
PP-RMRP-013	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Inclusão da câmara técnicas de CULTURA e Turismo para que as discussões perpassem esses dois agentes geradores de emprego e renda e da transformação social.	Desenvolvimento Econômico e Social	Formação da(s) câmara(s) temática(s) relacionadas ao temas.	Criação de um plano de turismo regional	Monitoramento das metas e ações contidas no plano	Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e produtivo e trabalho decente para todas e todos

3. JUSTIFICATIVAS PARA NÃO INCLUSÃO DE PROPOSTAS | Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	J1	J2	J3	J4	J5	J6	J7
PP-RMRP-004	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Sugiro ampla discussão do Governo do Estado de São Paulo com o Estado de Minas Gerais, que vem apresentando propostas de renúncia fiscal e benefícios para que empresas da minha cidade e de outras fronteiriças (que está a 9 quilômetros da fronteira entre os estados) mudem-se para cidades vizinhas, apenas para se valerem destas propostas, reduzirem custos (ou aumentar margens de lucro) e se tornarem mais competitivas (ou mais valiosas pelo aumento de margem). Deve haver uma ampla discussão, se necessário junto ao Confaz, para que se encontrem propostas que possam proporcionar concorrência perfeita, com base em produtividade e competitividade.	✓	✗	✗	✓ Secretaria Estadual da Fazenda	✓	✓	✗
PP-RMRP-001	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social (tema original: Planejamento Territorial e Uso do Solo)	VII. Atendimento Social (tema original: I. Planejamento e Uso do Solo)	Sistema Inteligente de Monitoramento Populacional Ribeirão Preto Trata-se de um aplicativo de densidade demográfica para aplicação de novas políticas públicas, em especial, prevendo os investimentos nas áreas: 1ª – cidadania = com acesso aos serviços públicos; 2ª – saúde = creche e pré-escola; 3ª – ensino = cursos profissionalizantes; 4ª – esportes = formando cidadãos; 5ª – cultura = formando talentos intelectuais; 6ª – moradia = futuras famílias; 7ª – transporte = com segurança e conforto; Desenvolvimento do software: Realizado pela prefeitura, garantindo os objetivos e a sua elevação de cidade inteligente ao patamar máximo, dando exemplo ao Brasil. Seu funcionamento: Trata-se de um aplicativo, entre a prefeitura, cartórios de pessoas naturais, autarquias, genitora e entidades de classe, que passam a trocar informações em um grande banco de dados, a partir do nascimento da criança. 1º passo: registro do nascimento da criança no cartório; 2º passo: cartório repassa esta informação do nascimento ao banco de dados da prefeitura; 3º passo: criança é cadastrada e monitorada através de programas sociais e inseridas com todas as garantias de serviços oferecidos até a sua formação como cidadão; 4º passo: centralização e aperfeiçoamento de programas sociais; 5º passo: formação de cidadão com tratamento humanizado e com política moderna; 6º passo: apuração municipal de densidade demográfica; 7º passo: permite no presente, políticas de futuro e suas demandas; 8º passo: convênios entre o estado e a prefeitura, com inversão de valores; 9º passo: parcerias público-privadas de informações de fundo social; 10º passo: alcance dos objetivos.	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗
PP-RMRP-004	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Sugiro ampla discussão do Governo do Estado de São Paulo com o Estado de Minas Gerais, que vem apresentando propostas de renúncia fiscal e benefícios para que empresas da minha cidade e de outras fronteiriças (que está a 9 quilômetros da fronteira entre os estados), mudem-se para cidades vizinhas apenas para se valerem destas propostas, reduzirem custos (ou aumentar margens de lucro) e se tornarem mais competitivas (ou mais valiosas pelo aumento de margem). Deve haver ampla discussão, se necessário junto ao Confaz, para que se encontrem propostas que possam proporcionar concorrência perfeita com base em produtividade e competitividade.	✗	✗	✗	✓ Secretaria Estadual da Fazenda	✓	✓	✗
PP-RMRP-008	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social (tema original: Planejamento Territorial e Uso do Solo)	VII – Atendimento Social (tema original: III. Habitação)	Fortalecimento das coordenadorias municipais de defesa civil, no âmbito da RMRP, no sentido de dar continuidade ao trabalho de gestão integrada, incorporando as ações de prevenção e mitigação de riscos às políticas de habitação e meio ambiente. faz-se necessária e urgente a adoção de ações que efetivem o fortalecimento da defesa civil de cada município, no tocante a disponibilização de equipamentos para enfrentamento das situações adversas, a exemplo caminhão pipa, drones, viaturas/veículos, sistemas de videomonitoramento etc	✓	✗	✗	✗	✗	✗	✗
PP-RMRP-023	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Criação de um galpão integrado para o comércio e a indústria da região, diminuindo os custos para estes setores e fomentando a geração de empregos.	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗

JUSTIFICATIVAS

J1. Possui abrangência regional

J2. Falta de aderência com FPICS expressas na Lei de Criação da UR

J3. Tema associado à política de saúde, educação ou segurança pública, que foge da competência do PDU no tocante às FPICS da Lei de Criação da UR

J4. Tema de competência de instâncias municipais, federal, agências reguladoras, Tribunal de Contas ou outros (citar)

J5. Tema regulado por leis federais, estaduais e municipais

J6. Tema vinculado ao desenvolvimento de uma política estadual e não apenas metropolitana

J7. Tema requer emenda constitucional

Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	J1	J2	J3	J4	J5	J6	J7
PP-RMRP-042	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Estudo e implementação de projetos sociais que visem atender à população em situação de rua, bem como investigar as causas e potenciais soluções para essa questão.	✓	✗	✓	✗	✗	✗	✗
PP-RMRP-048	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Estudo e criação de uma política pública de acolhimento de pessoas em situação de rua, com especial foco em dependentes químicos, visando ações como internação, acompanhamento pós-alta, qualificação e inserção no mercado de trabalho.	✓	✗	✓	✗	✗	✗	✗
PP-RMRP-015	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	É necessária uma ação a curto prazo, relacionada ao desenvolvimento econômico sustentável, de modo a regularizar a perda de ICMS pelo Estado de São Paulo e os efeitos disso nas cidades da região, principalmente aquelas que estão em áreas de divisa com o governo de Minas Gerais. É preciso que a questão tributária seja equilibrada, para que alguns municípios consigam melhorar sua questão de pobreza.	✗	✗	✗	✓ Secretaria Estadual da Fazenda	✓	✓	✗
PP-RMRP-016	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Orçamento: a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo deve aprovar, da forma mais célere possível, o Fundo da Região Metropolitana de Ribeirão Preto.	✗	✗	✗	✓ Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	✓	✗	✗
PP-RMRP-045	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Transporte de dados: é preciso que o transporte de dados tenha preços mais acessíveis e que as cidades que conformam a região metropolitana estejam no mesmo DDD para que as cobranças de ligações sejam a preços locais.	✗	✓	✗	✓ Anatel, empresas privadas operadoras dos serviços de comunicação	✓	✗	✗
PP-RMRP-018	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Questão tributária relacionada à produção de cana-de-açúcar das usinas da região: com o objetivo de financiar projetos a longo prazo de políticas públicas, instituir royalties relacionados à energia envolvida na produção de cana-de-açúcar.	✓	✓	✗	✓ Secretaria Estadual da Fazenda	✓	✓	✗
PP-RMRP-046	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Transporte de dados: organização da parte de telefonia relacionada ao DDD das cidades da região.	✗	✗	✗	✓ Anatel	✗	✗	✗
PP-RMRP-064	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	IX. Turismo	Fomento ao turismo, estabelecendo uma linha que permita unir o turismo da região com o turismo de Barretos, e converse mais com os demais potenciais turísticos da região.	✓	✗	✗	✗	✗	✗	✗
PP-RMRP-051	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Preparar a região para que esteja apta para a atual era digital, por meio da troca de informações, instalação da internet 5G e interligação de todos os municípios, para potencializar o desenvolvimento; incentivo a alternativas de fontes energéticas, principalmente a solar.	✗	✗	✗	✓ Anatel, empresas privadas operadoras dos serviços de telecomunicação	✗	✗	✗
PP-RMRP-053	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Reforma tributária: há de se fazer uma pressão para que a reforma tributária aconteça para resolver a guerra fiscal entre São Paulo e Minas Gerais, para que não haja mais perda de empresas.	✗	✗	✗	✓ Secretaria Estadual da Fazenda	✓	✓	✗
PP-RMRP-069	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Nova unidade do Banco do Brasil. A unidade atual é o único banco da cidade e possui capacidade insuficiente, gerando a necessidade de deslocamento para demais localidades.	✓	✓	✗	✓ Banco do Brasil (empresa de capital misto do Gov. Federal)	✗	✗	✗

JUSTIFICATIVAS

J1. Possui abrangência regional

J2. Falta de aderência com FPICS expressas na Lei de Criação da UR

J3. Tema associado à política de saúde, educação ou segurança pública, que foge da competência do PDUJ no tocante às FPICS da Lei de Criação da UR

J4. Tema de competência de instâncias municipais, federal, agências reguladoras, Tribunal de Contas ou outros (citar)

J5. Tema regulado por leis federais, estaduais e municipais

J6. Tema vinculado ao desenvolvimento de uma política estadual e não apenas metropolitana

J7. Tema requer emenda constitucional

Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	J1	J2	J3	J4	J5	J6	J7
PP-RMRP-088	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	Galpão Integrado ou Espaço Logístico Regional. Na oportunidade, nos colocamos à disposição para elidir quaisquer dúvidas acerca da presente proposta. [Anexo] A proposta da criação do "Galpão Integrado" ou Espaço Logístico Regional vem ao encontro da necessidade econômica regional. Visa-se o auxílio no desenvolvimento das atividades comerciais e industriais, com a implementação de um local amplo, com acesso rápido às rodovias, e com gestão compartilhada (PPP). No tocante aos benefícios que serão trazidos, pontuamos a liberação de mais espaço dentro dos comércios e indústrias, onde eles consigam organizar melhor suas produções, além da possibilidade de rateio do frete para localidades em comum, o que barateia os serviços de logística, sobretudo para empresas de menor porte.	X	X	X	X	X	X	X
SC-RMRP-004 (c)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	c) Ampliar a infraestrutura das redes de telecomunicação por toda RMRP.	X	X	X	✓ Anatel	X	X	X
SC-RMRP-004 (d)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	d) Fomentar a constituição de compras públicas conjuntas, por meio de consórcios públicos, convênios de cooperação e outros previstos na Lei nº 13.089/2015.	X	X	X	X	X	X	X
SC-RMRP-004 (e)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	e) Formular ações de desburocratização de serviços públicos, visando à oferta unificada e simplificada de serviços de abertura de empresas, licenciamento, alvarás, etc.	✓	✓	X	X	✓	X	X
SC-RMRP-004 (o)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	o) Criação de linhas e programas de financiamento para ações de interesse do patrimônio cultural.	X	X	X	X	X	X	X
SC-RMRP-004(q)	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento Econômico	q) Criar programas de bolsas de estudo, relacionados a setores econômicos de maior valor agregado, em parceria com o setor produtivo, em toda RMRP.	✓	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-022	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Criação de um plano que busque identificar as carências nas áreas de educação e cultura, e que proponha soluções para essas áreas.	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-003	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Nossa região metropolitana vem sofrendo muito com a demora para internar pacientes na rede hospitalar (SUS). Pacientes chegam a ficar vários dias internados nos centros de atendimento das cidades aguardando vagas. Assim como foi feito com o hospital de Serrana, que foi regionalizado, seria muito importante regionalizar outros hospitais da região, para tentar amenizar o problema que é comum para todos prefeitos da região.	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-020	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Elaboração de um estudo que vise aproximar o Sistema Cross das demandas dos municípios da região e garantir uma melhor administração e distribuição das vagas de leitos, a fim de diminuir a sobrecarga e demandas da área da saúde dos municípios.	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-30	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Criação de um plano de estudo que monitore as demandas dos municípios em relação ao Sistema CROSS e que identifique, junto às prefeituras, possíveis soluções.	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP -031	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Descentralizar algumas das ações do Sistema Cross e buscar uma atuação em nível regional, visando as demandas e carências e propondo soluções regionais.	X	X	✓	X	X	X	X

JUSTIFICATIVAS

J1. Possui abrangência regional

J2. Falta de aderência com FPICS expressas na Lei de Criação da UR

J3. Tema associado à política de saúde, educação ou segurança pública, que foge da competência do PDUI no tocante às FPICS da Lei de Criação da UR

J4. Tema de competência de instâncias municipais, federal, agências reguladoras, Tribunal de Contas ou outros (citar)

J5. Tema regulado por leis federais, estaduais e municipais

J6. Tema vinculado ao desenvolvimento de uma política estadual e não apenas metropolitana

J7. Tema requer emenda constitucional

Aceita ✓ | Não aceita X | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	J1	J2	J3	J4	J5	J6	J7
PP-RMRP-040	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Criação de mais um hospital regional para a ampliação do número de leitos e de atendimentos.	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-082	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Regulamentação da relação entre distribuição de recursos na área da saúde pelo governo federal e demanda de saúde na região.	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-081	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Regionalização do sistema de saúde.	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-080	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Financiamento da saúde pública para os municípios, visto que atualmente o financiamento por parte da municipalidade está limitando a realização da saúde. Aumento do teto de medicamento com a FARMANET	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-079	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Regulação de vagas no Sistema Cross.	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-078	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Polarização em termos de saúde por meio da regionalização, principalmente no que diz respeito à média e alta complexidades e aos procedimentos cirúrgicos. Diminuição da judicialização, que é atualmente extrema, e gera altos custos na aquisição de medicamentos e tecnologias.	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-077	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Melhorar a rapidez de atendimento de vagas no Sistema Cross. Melhorar a judicialização, por meio de uma gestão política junto às outras instâncias da Justiça (justiça local e demais instâncias), para que haja uma análise social do indivíduo a ser beneficiado e a participação efetiva do estado naqueles casos em que os pedidos forem garantidos ao requerente. Regionalização do sistema de saúde e criação de núcleos de especificação médica nas cidades que apresentam esse potencial, para fugir da baixa resolutividade dos hospitais atuais. Sugestão de utilizar a FAEPA (USP de Ribeirão Preto) no planejamento desses núcleos. Assessoria jurídica para os convênios e seguros de saúde, de modo que passem a realizar seus serviços com eficiência, buscando diminuir a sobrecarga no sistema municipal de saúde.	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-076	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Aumento no número de leitos de UTI e na capacidade de transferência de pacientes pelo Sistema Cross; Melhora na judicialização; Cobrança da eficácia dos planos de saúde, para que seus beneficiários não sobrecarreguem a Rede SUS.	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-075	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Saúde: migração para a DRS de Ribeirão Preto, diante da dificuldade do município com a Cross.	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-074	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Aumento do número de vagas, melhora na legislação de vagas e aumento dos recursos relacionados à saúde.	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-021	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Criação de um plano de monitoramento integrado de segurança pública entre os municípios da região, com investimento em sistemas modernos, e que tenha integração entre as cidades.	X	X	✓	X	X	X	X

JUSTIFICATIVAS

J1. Possui abrangência regional

J2. Falta de aderência com FPICS expressas na Lei de Criação da UR

J3. Tema associado à política de saúde, educação ou segurança pública, que foge da competência do PDUI no tocante às FPICS da Lei de Criação da UR

J4. Tema de competência de instâncias municipais, federal, agências reguladoras, Tribunal de Contas ou outros (citar)

J5. Tema regulado por leis federais, estaduais e municipais

J6. Tema vinculado ao desenvolvimento de uma política estadual e não apenas metropolitana

J7. Tema requer emenda constitucional

Aceita ✓ | Não aceita X | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	J1	J2	J3	J4	J5	J6	J7
PP-RMRP-033	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Criação de mecanismos de segurança que auxiliem a polícia militar na segurança pública da região.	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-050	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Segurança: É preciso que haja atenção maior em relação à segurança nas áreas rurais.	X	X	✓	X	X	X	X
PP-RMRP-083	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VII. Atendimento Social	Criação de um plano de estudo que monitore as demandas dos municípios em relação ao Sistema CROSS e que identifique, junto às prefeituras, possíveis soluções.	X	X	✓	X	X	X	X

JUSTIFICATIVAS

J1. Possui abrangência regional

J2. Falta de aderência com FPICS expressas na Lei de Criação da UR

J3. Tema associado à política de saúde, educação ou segurança pública, que foge da competência do PDUJ no tocante às FPICS da Lei de Criação da UR

J4. Tema de competência de instâncias municipais, federal, agências reguladoras, Tribunal de Contas ou outros (citar)

J5. Tema regulado por leis federais, estaduais e municipais

J6. Tema vinculado ao desenvolvimento de uma política estadual e não apenas metropolitana

J7. Tema requer emenda constitucional

Aceita ✓ | Não aceita X | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

1. CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS | Planejamento Territorial e Uso do Solo

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	V4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
SC-RMPR-003	Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e Uso do Solo	Assim, para a área de planejamento territorial e de uso do solo, as propostas listadas abaixo objetivam a articulação equilibrada entre o município-sede e demais municípios, prevendo cooperação entre atividades com objetivos e usos comuns, fomentando inovação, tecnologia e qualificação do território. Desse modo, foram propostas as seguintes diretrizes: a) Desenvolver territórios exclusivos para usos industriais, a fim de gerar o fortalecimento das cadeias produtivas RMRP.	✓	✓	✓	I. Planejamento e Uso do Solo	✓ Desenvolvimento Econômico	estratégia	✓	✓	✗	✓	✓	a) O MZ não chega na escala de indicação de zonas industriais. Só valeria a pena se enquadrasse em uma AIM, mas não foi evidenciado nada nesse sentido.
SC-RMPR-003	Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e Uso do Solo	b) Priorizar a ocupação de vazios e adensamentos urbanos ao longo de eixos de mobilidade, priorizando assim áreas com infraestrutura urbana.	✓	✓	✓	I. Planejamento e Uso do Solo	✓ Habitação	diretriz	✓	✓	✗	✓	✓	b) A priorização da “ocupação de vazios urbanos e adensamentos urbanos ao longo de eixos de mobilidade” pode ser acrescida na diretriz da Macrozona de Interesse de Uso Urbano, que pretende “Estimular a ocupação dos vazios urbanos e o uso dos imóveis ociosos ou subutilizados dotados de infraestrutura”.
SC-RMPR-003	Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e Uso do Solo	c) Incentivar ações e desenvolver corredores tecnológicos na RMRP, que concentrem instalações de ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação.	✓	✓	✓	I. Planejamento e Uso do Solo	✓ Desenvolvimento Econômico	estratégia	✓	✓	✗	✓	✓	c) Proposta parcialmente contemplada nas Propostas Estruturadas P1, P2 e P3. Não se trata de criar “corredores tecnológicos”.
SC-RMPR-003	Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e Uso do Solo	d) Mapeamento de áreas de interesse cultural para criação e fomento de rotas culturais, para o fortalecimento da economia criativa na RMRP.	✓	✓	✓	I. Planejamento e Uso do Solo	✓ Turismo e Desenvolvimento Econômico	estratégia	✓	✓	✗	✓	✓	d) Contemplada na proposta estruturada “P5: Elaboração de um plano de turismo ecológico para a RMRP”.
PP-RMRP-058	Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e Uso do Solo	Regionalização da elaboração de planos urbanísticos: agrupamento de municípios e universidades da região, para que haja uma assessoria conjunta na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado desses municípios, diminuindo o custo para cada um deles. Há dificuldade na prestação de assessoria técnica de engenharia e arquitetura nos municípios de pequeno porte.	✓	✓	✓	I. Planejamento e Uso do Solo	✓ Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	diretriz	✗	✗	✗	✓	✓	A proposta está parcialmente contemplada na proposta estruturada “P1: Apoio técnico ao desenvolvimento de planos diretores”.
PP-RMRP-059	Planejamento Territorial e Uso do Solo	III. Habitação	Necessidade altíssima de casas populares. As indústrias do cigarro de palha, da cachaça e da cerveja artesanal da região atraem muita mão de obra informal, que, devido à situação de informalidade, não consegue acesso aos programas de habitação popular disponíveis na cidade.	✓	✓	✓	I. Planejamento e Uso do Solo	✓ Habitação e Atendimento Social	diretriz	✗	✗	✗	✓	✓	Não fica claro se a proposta possui abrangência regional, mas, durante a elaboração do Diagnóstico, foi identificada a existência de assentamentos precários em municípios da região e demanda por habitação popular.
PP-RMRP-084	Planejamento Territorial e Uso do Solo (tema original: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social)	I. Planejamento e Uso do Solo (tema original: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social)	Apoio técnico a planos diretores municipais. Na oportunidade, nos colocamos à disposição para elidir quaisquer dúvidas acerca da presente proposta. [anexo] Prestar apoio técnico à confecção dos planos diretores dos municípios, essenciais também às cidades, que, pelo seu “tamanho”, não se enquadram na Lei 10.257, como previsto no Caderno Fipe.	✓	✓	✓	I. Planejamento e Uso do Solo	✗	diretriz	✗	✗	✓	✓	✓	A proposta está contemplada na proposta estruturada “P1: Apoio técnico ao desenvolvimento de planos diretores”.

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersectorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

2. ANÁLISE DAS PROPOSTAS | Planejamento Territorial e Uso do Solo

Nº	TEMA	SUBTEMA / FPIC	PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA
SC-RMPR-003	Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e Uso do Solo	Assim, para a área de Planejamento Territorial e Uso do solo, as propostas listadas abaixo objetivam a articulação equilibrada entre o município-sede e demais municípios, prevendo cooperação entre atividades com objetivos e usos comuns, fomentando inovação, tecnologia e qualificação do território. Desse modo, foram propostas as seguintes diretrizes: a) Desenvolver territórios exclusivos para usos industriais, a fim de gerar fortalecimento das cadeias produtivas na RMRP.	Regional	Prefeituras municipais	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico	Municípios da RMRP	
SC-RMPR-003	Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e Uso do Solo	b) Priorizar a ocupação de vazios urbanos e adensamentos urbanos ao longo de eixos de mobilidade, priorizando assim áreas com infraestrutura urbana.	Regional	Prefeituras municipais	Secretaria de Habitação	Municípios da RMRP	
SC-RMPR-003	Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e Uso do Solo	c) Incentivar ações e desenvolver corredores tecnológicos na RMRP, que concentrem instalações de ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação.	Regional	Prefeituras municipais	Secretaria de Desenvolvimento Econômico; IP; institutos de tecnologia do ESP	Municípios da RMRP e do ESP	Fomentar a incorporação de tecnologia na atividade produtiva
SC-RMPR-003	Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e Uso do Solo	d) Mapeamento de áreas de interesse cultural para criação e fomento de rotas culturais, para o fortalecimento da economia criativa da RMRP.	Regional	Prefeituras municipais	Secretaria Estadual de Turismo e Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa	Municípios da RMRP e turistas	Levantamento e manutenção dos patrimônios histórico e cultural
PP-RMRP-058	Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e Uso do Solo	Regionalização da elaboração de planos urbanísticos: agrupamento de municípios e universidades da região, para que haja uma assessoria conjunta na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado desses municípios, diminuindo o custo para cada um deles. Há dificuldade na prestação de assessoria técnica de engenharia e arquitetura nos municípios de pequeno porte.	Regional	Prefeituras municipais	Secretaria de Desenvolvimento Regional	Técnicos das prefeituras e municípios da RMRP	Falta de recursos financeiros e de corpo técnico nas prefeituras municipais
PP-RMRP-059	Planejamento Territorial e Uso do Solo	III. Habitação	Necessidade altíssima de casas populares. As indústrias do cigarro de palha, da cachaça e da cerveja artesanal da região atraem muita mão de obra informal, que, devido à situação de informalidade, não consegue acesso a programas de habitação popular disponíveis na cidade.	Regional	Prefeituras municipais/ Secretaria Estadual de Habitação	Secretaria de Habitação	Municípios da RMRP	Necessidade de enfrentar a atual escassez de HIS e levantamento preliminar das necessidades habitacionais da região
PP-RMRP-084	Planejamento Territorial e Uso do Solo (tema original: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social)	I. Planejamento e Uso do Solo (tema original: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social)	Apoio técnico aos Planos Diretores Municipais. Na oportunidade, nos colocamos à disposição para elidir quaisquer dúvidas acerca da presente proposta. [anexo] Prestar o apoio técnico à confecção dos planos diretores dos municípios, essenciais também às cidades que, pelo seu "tamanho", não se enquadram na Lei 10.257, como previsto no Caderno Fipe.	Regional	Prefeituras municipais	Secretaria de Desenvolvimento Regional	Técnicos das prefeituras e municípios da RMRP	Falta de recursos financeiros e corpo técnico nas prefeituras municipais

CONTINUA ➤

> CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA / FPIC	PROPOSTA	OBJETIVO METROPOLITANO	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ODS
SC-RMPR-003	Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e Uso do Solo	Assim, para a área de Planejamento Territorial e Uso do solo, as propostas listadas abaixo objetivam a articulação equilibrada entre o município-sede e demais municípios, prevendo cooperação entre atividades com objetivos e usos comuns, fomentando inovação, tecnologia e qualificação do território. Desse modo, foram propostas as seguintes diretrizes: a) Desenvolver territórios exclusivos para usos industriais, a fim de gerar fortalecimento das cadeias produtivas na RMRP.	Desenvolvimento Econômico e Social				9 - Indústria Inovação e Infraestruturas
SC-RMPR-003	Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e Uso do Solo	b) Priorizar a ocupação de vazios urbanos e adensamentos urbanos ao longo de eixos de mobilidade, priorizando assim áreas com infraestrutura urbana.	Melhor distribuição de unidades habitacionais no território da RMRP	Levantar a disponibilidade de espaços vazios ou ociosos			11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
SC-RMPR-003	Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e Uso do Solo	c) Incentivar ações e desenvolver corredores tecnológicos na RMRP, que concentrem instalações de ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação.	Planejamento regional e desenvolvimento econômico e social	Articulação, em parceria com centros de ensino e empresas locais, nacionais e internacionais, para criação de ambiente de inovação ao longo de toda a RM	Apoiar a elaboração de editais com vistas a atrair pesquisas	Monitoramento das ações executadas	8 - Emprego decente e Crescimento Econômico; e 9 - Indústria Inovação e Infraestruturas
SC-RMPR-003	Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e Uso do Solo	d) Mapeamento de áreas de interesse cultural para criação e fomento de rotas culturais, para o fortalecimento da economia criativa da RMRP.	Desenvolvimento Econômico e Social	Levantamento e cadastro dos patrimônios culturais (materiais e imateriais)	Elaboração de calendário regional com eventos culturais atrativos	Monitoramento das ações executadas	8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico
PP-RMRP-058	Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e Uso do Solo	Regionalização da elaboração de planos urbanísticos: agrupamento de municípios e universidades da região, para que haja uma assessoria conjunta na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado desses municípios, diminuindo o custo para cada um deles. Há dificuldade na prestação de assessoria técnica de engenharia e arquitetura nos municípios de pequeno porte.	Integrar o ordenamento territorial entre os municípios da RMRP	Identificar os municípios que não dispõem de plano diretor	Articular e dar apoio à elaboração de Termo de Referência para contratação dos serviços	Apoiar o desenvolvimento dos trabalhos	11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
PP-RMRP-059	Planejamento Territorial e Uso do Solo	III. Habitação	Necessidade altíssima de casas populares. As indústrias do cigarro de palha, da cachaça e da cerveja artesanal da região atraem muita mão de obra informal, que, devido à situação de informalidade, não consegue acesso a programas de habitação popular disponíveis na cidade.	Melhor distribuição de unidades habitacionais no território da RMRP	Levantar o déficit habitacional	Identificação do público-alvo; projetos de urbanização, regularização fundiária	Apoio aos documentos técnicos para os projetos necessários	1 - Erradicação da Pobreza; e 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
PP-RMRP-084	Planejamento Territorial e Uso do Solo (tema original: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social)	I. Planejamento e Uso do Solo (tema original: desenvolvimento econômico e atendimento social)	Apoio técnico aos Planos Diretores Municipais. Na oportunidade, nos colocamos à disposição para elidir quaisquer dúvidas acerca da presente proposta. [anexo] Prestar o apoio técnico à confecção dos planos diretores dos municípios, essenciais também às cidades que, pelo seu "tamanho", não se enquadram na Lei 10.257, como previsto no Caderno Fipe.	Integrar o ordenamento territorial entre os municípios da RMRP	Identificar os municípios que não dispõem de plano diretor	Articular e dar apoio à elaboração de Termo de Referência para contratação dos serviços	Apoiar o desenvolvimento dos trabalhos	11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

1. CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS | Transporte e Sistema Viário

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES	
SC/RMRP-002	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Desde 2016, quando foi criada a RMRP, criou-se muita expectativa em relação ao transporte intermunicipal, que precisa urgentemente de mudanças junto às empresas que atuam nas linhas intermunicipais. Desde então, ficamos esperando o início da operação da EMTU na região, assim como nas demais 5 RMs do Estado de São Paulo, mas isso não aconteceu até hoje, 07/02/2022, quase 6 anos depois. A resposta era sempre a mesma, esperando um decreto do Governador para transferir da Artesp para EMTU. Nesses 6 anos, foram 3 governadores (Alckmin, França e Dória) e nada de fato aconteceu. O sistema que a Artesp faz no transporte suburbano (Rodoviária x Rodoviária), já não atende mais a demanda dos usuários, as cidades cresceram, o dinamismo e as necessidades dos usuários são outras, e o sistema de transporte nesse período não acompanhou isso, só houve aumento de tarifa desde então. A minha proposta é que seja feito o sistema de transporte metropolitano da RMRP.	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário – II. Transporte e Sistema Viário Regional	Ordenamento do território			✗	✗	✗	✓	✓	A proposta está contextualizada, com críticas à demora quanto ao início da operação da EMTU na RMRP. A demanda aparenta ser pertinente, levando-se em consideração as discussões já feitas no relatório do diagnóstico e nos apontamentos da reunião setorial de transportes realizada com a região, bem como nas demandas levantadas nas audiências públicas do PDUI na RMRP.
SC-RMRP-005	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Assim, para a área de transporte e sistema viário, as propostas listadas abaixo objetivam a articulação equilibrada entre o município-sede e demais municípios, prevendo melhoria na mobilidade urbana e na infraestrutura viária – além de fomentar o desenvolvimento dos aeroportos da região. Desse modo, foram propostas as seguintes diretrizes: a) Incentivo à criação e/ou extensão de eixos de mobilidade, com implantação e integração de transporte coletivo e ampliação da conectividade entre os municípios da RMRP; b) Melhoria de infraestrutura viária de toda a RMRP, considerando rodovia, ferrovia, aeroportos e dutovias, com o objetivo de ampliar as conexões por terra e elevar a capacidade de circulação de mercadorias; c) Criação de um órgão responsável pelo transporte público na RMRP; d) Implantação de transportes ativos e de práticas relacionadas ao Desenvolvimento Orientado ao Transporte – TODs.	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário – II. Transporte e Sistema Viário Regional	Ordenamento do território	Estratégia	✗	✓	✗	✓	✓		As demandas da proposta podem ser importantes para nortear a redação de uma proposta estruturada para o Transporte Coletivo Metropolitano.

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?

- C8.** Necessita de desmembramento?

- C9.** Pode ser incluída integralmente?

- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES	
SC-RMRP-006	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	<p>Ribeirão Preto tem extenso patrimônio ferroviário, que vem sumindo a cada ano. Planejar futura rede de transporte leve sobre trilhos aproveitando, notadamente, leitos ferroviários existentes e/ou em desuso para integração municipal (Ribeirão Preto) e intermunicipal, onde pesquisas de O.D. e outros estudos justifiquem demandas sobrepostas à malha existente, planejando o território a partir do transporte – garantir a proteção destes leitos para que voltem futuramente a funcionar como conexões ferroviárias;</p> <p>Atentar para o aumento do % de usuários de automóveis/motos e diminuição do % dos usuários do transporte coletivo;</p> <p>Garantir maior eficiência energética, de oferta de serviço, integração aos polos geradores de empregos/saúde/cultura/educação, atração de motoristas e motociclistas para o transporte coletivo, diminuir as desigualdades territoriais e sociais por meio de novas conexões;</p> <p>Integrar os planos diretores dos municípios ao plano de transporte metropolitano;</p> <p>Valorizar e fazer permanente o patrimônio ferroviário, tão importante historicamente ao desenvolvimento das cidades da região;</p> <p>Unificação/padronização da bilhetagem do transporte sobre trilhos metropolitano, ônibus municipais e empréstimos de bikes;</p> <p>Fortalecer a identidade regional por meio do transporte sobre trilhos – Exemplos: Trem Turístico Ribeirão – Altinópolis; desenvolver/estabelecer o turismo regional com potencial hoje desperdiçado; valorização à história ferroviária;</p> <p>Planejamento estratégico, incluindo integração às futuras estações/serviços TIC e TAV.</p> <p>Obs: Há leitos (faixas) em uso, em desuso, abandonados, ocupados e retirados, que ligam, por exemplo, o centro de Ribeirão Preto aos centros de Sertãozinho, Pontal e Pitangueiras – Bonfim Paulista e Cravinhos – Jardinópolis, Brodowski, Batatais (e Franca), Serrana e Altinópolis, Guataporã (e Araraquara).</p>	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário – II Transporte e Sistema Viário Regional	Ordenamento do Território; Turismo								<p>A proposta pode ser aproveitada parcialmente, considerando o seu conteúdo, que sugere a integração entre o plano diretor municipal em contexto com o plano de mobilidade regional, e também ao sistema de bilhetagem eletrônica regional. Quanto à proposta de preservação do patrimônio ferroviário, tais demandas estariam fora do escopo do PDUI, sendo recomendado que esse tipo de reivindicação seja encaminhado diretamente aos órgãos responsáveis para um atendimento mais efetivo.</p>

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-RMRP-002	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	1. Criação de linhas férreas, com trens interligando todas as cidades da Região Metropolitana de Ribeirão Preto; parceria em PPP com a Redevoa, dando início ao projeto, com instalação do terminal ferroviário na Mogiana, antiga estação de trens, ligando com o aeroporto, que poderia ser estendido até o parque permanente de exposições (esta seria a contrapartida do município doando a área), com a construção de um terminal de passageiros (rodoviária), centro de convenções e um hotel – ou seja, transformando esse eixo em um grande espaço modal, ligando aeroporto, trens metropolitanos e rodoviária de passageiros. 2. Com novos estudos da ampliação do anel viário, a construção de corredores exclusivos de ônibus, chamados (expresso circular anel viário), de preferência, de corredores elevados, conectando, em movimentos circulares, todos os bairros da cidade pelo anel viário, com alças de acesso, tanto dentro do eixo como fora do eixo, com circulações nos sentidos horário e anti-horário, a exemplo das linhas amarela e vermelha no Rio de Janeiro, retirando os ônibus de dentro da cidade.	X	✓	X	Transporte e Sistema Viário – II. Transporte e Sistema Viário Regional	Desenvolvimento Econômico	X	✓	✓	✓	✓	✓	A maior parte da proposta sugere, em seu conteúdo, obras e intervenções com caráter pontual no território, em especial no município de Ribeirão Preto, contudo, tais sugestões têm influência no sistema de transporte e mobilidade regional, considerando que seriam investimentos em equipamentos que podem ser utilizados pela população regional.
PP-RMRP-005	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Implantação de novas linhas intermunicipais entre Cássia dos Coqueiros/Cajuru/Ribeirão Preto, para integração de Cássia e do corredor metropolitano. A lei orgânica de Cássia dos Coqueiros estabelece diretrizes para estas ligações, porém, o PDUI pode definir outras linhas/vias importantes para serem realizadas na RMRP, tendo em vista que o diagnóstico do PDUI aponta e evidencia a carência dessas conexões.	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário – II. Transporte e Sistema Viário Regional	—	X	X	X	✓	X	✓	
PP-RMRP-009	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Ampliação e/ou implantação de ligações/vias de transporte intermunicipal. O município de Santa Cruz da Esperança/SP, em conformidade com a lei orgânica, estabelece a implantação de sistema de transporte, diante das carências de serviços.	X	✓	✓	Transporte e Sistema Viário – II. Transporte e Sistema Viário Regional	—	X	X	X	✓	✓	X	A proposta não tem caráter regional por considerar apenas o município de Santa Cruz da Esperança. O seu conteúdo poderá integrar a redação de proposta estruturada que objetive melhorar as conexões e serviços de transporte intermunicipal para toda a RMRP.
PP-RMRP-010	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Ampliação e duplicação de rodovias estaduais que cortam a RMRP. Plano diretor e lei orgânica estabelecem diretrizes para rodovias, porém, o PDUI pode definir outras rodovias da região que necessitem de obras que melhorem as ligações existentes.	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário – II. Transporte e Sistema Viário Regional	—	✓	X	X	X	✓	✓	
PP-RMRP-014	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Regionalização da questão do transporte intramunicipal, para que se torne independente do transporte municipal custeado pelas prefeituras.	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário – II. Transporte e Sistema Viário Regional	—	✓	X	X	✓	✓	✓	
PP-RMRP-017	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte intermunicipal: para que haja uma região metropolitana consolidada, é fundamental que haja transporte intermunicipal com investimento do estado.	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário – II. Transporte e Sistema Viário Regional	—	✓	X	X	✓	✓	✓	

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

C7. Pode ser incorporada ao macrozoneamento?

C8. Necessita de desmembramento?

C9. Pode ser incluída integralmente?

C10. Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita X | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-RMRP-024	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Criação de um plano de mobilidade urbana, visando, principalmente, o transporte de municípios pequenos e que não possuam um sistema de transporte, para que as demandas de locomoção da população sejam atendidas – e para que diminuam os gastos com transporte por parte da prefeitura.	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário – II. Transporte e Sistema Viário Regional	–	✓	✗	✗	✓	✗	✓	
PP-RMRP-035	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Estudo e regularização dos veículos de transportes coletivos (ex-vans) que realizam trajetos entre Ribeirão Preto e cidades limítrofes.	✗	✗	✓	Transporte e Sistema Viário – II. Transporte e Sistema Viário Regional	–	✗	✗	✗	✗	✗	✗	Não é do escopo do PDUI sugerir estudo ou regularização para transporte coletivo alternativo. A demanda pode ser mais efetivamente atendida ao se estabelecer diálogo direto com órgão responsável pelo tema, como a Artesp e a Secretaria Estadual de Transporte e Logística. A intenção da proposta poderá integrar redação de proposta estruturada que tenha o objetivo de melhorar o serviço de transporte coletivo intermunicipal na região.
PP-RMRP-039	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Regulamentação dos veículos de transporte público junto à Artesp, a fim de regularizar linhas e controlar o fluxo e o modo de transporte de passageiros (exemplo: quantidade máxima de passageiros por veículos, número mínimo de veículos, a fim de garantir transporte nos municípios, principalmente nos pequenos).	✓	✗	✗	Transporte e Sistema Viário – II. Transporte e Sistema Viário Regional	–	✗	✗	✗	✗	✗	✗	Não é do escopo do PDUI sugerir estudo ou regularização para transporte coletivo alternativo. A demanda pode ser mais efetivamente atendida ao se estabelecer diálogo direto com órgão responsável pelo tema, como a Artesp e a Secretaria Estadual de Transporte e Logística. A intenção da proposta poderá integrar redação de proposta estruturada que tenha o objetivo de melhorar o serviço de transporte coletivo intermunicipal na região.
PP-RMRP-065	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Estruturação do transporte intermunicipal.	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário – II. Transporte e Sistema Viário Regional	–	✓	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-RMRP-066	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	A Rodovia Francisco Marco Junqueira Neto, que liga Sales Oliveira a Orlândia, carece de reforma para a criação da terceira faixa, de modo a diminuir os acidentes.	✗	✗	✗	Transporte e Sistema Viário – II. Transporte e Sistema Viário Regional	–	✗	✗	✗	✗	✓	✗	A proposta tem abrangência local e a sugestão de intervenção/obra poderia ser mais efetivamente atendida com encaminhamento da demanda diretamente aos órgãos responsáveis, em especial ao DER, para avaliação da viabilidade de execução da demanda.
PP-RMRP-067	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Falta uma maior fiscalização por parte da Artesp, para diminuir a lotação do transporte intermunicipal na região.	✓	✗	✗	Transporte e Sistema Viário – II. Transporte e Sistema Viário Regional	–	✗	✗	✗	✗	✓	✗	Não é do escopo do PDUI sugerir estudo ou regularização para transporte coletivo alternativo. A demanda pode ser mais efetivamente atendida ao se estabelecer diálogo direto com órgão responsável pelo tema, como a Artesp e a Secretaria Estadual de Transporte e Logística. A intenção da proposta poderá integrar a redação de proposta estruturada que tenha o objetivo de melhorar o serviço de transporte coletivo intermunicipal na região.
PP-RMRP-068	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Duplicação do trecho da vicinal que liga Sales de Oliveira e Orlândia. Atenção em relação ao estado das vicinais, visto a força do agronegócio na região.	✗	✗	✗	Transporte e Sistema Viário – II. Transporte e Sistema Viário Regional	–	✗	✗	✗	✗	✓	✗	A proposta não tem abrangência regional, sendo sugerido que a demanda seja encaminhado diretamente ao órgão responsável por esse tipo de intervenção, para avaliar a viabilidade de execução desse tipo de investimento.

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-RMRP-070	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Estruturação da rede de transporte intermunicipal.	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário - II. Transporte e Sistema Viário Regional	—	✓	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-RMRP-071	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Organização da parte de transporte intermunicipal, que hoje depende somente das vans clandestinas.	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário - II. Transporte e Sistema Viário Regional	—	✓	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-RMRP-072	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte intermunicipal que dê suporte aos trabalhadores e estudantes da região.	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário - II. Transporte e Sistema Viário Regional	—	✓	✗	✗	✓	✓	✓	

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersectorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

2. ANÁLISE DAS PROPOSTAS | Transporte e Sistema Viário

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO
SC/RMRP-002	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Desde 2016, quando foi criada a RMRP, criou-se muita expectativa em relação ao transporte intermunicipal, que precisa urgentemente de mudanças junto às empresas que atuam nas linhas intermunicipais. Desde então, ficamos esperando o início da operação da EMTU na região, assim como nas demais 5 RMs do Estado de São Paulo, mas isso não aconteceu até hoje, 07/02/2022, quase 6 anos depois. A resposta era sempre a mesma, esperando um decreto do Governador para transferir da Artesp para EMTU. Nesses 6 anos, foram 3 governadores (Alckmin, França e Dória) e nada de fato aconteceu. O sistema que a Artesp faz no transporte suburbano (Rodoviária x Rodoviária), já não atende mais a demanda dos usuários, as cidades cresceram, o dinamismo e as necessidades dos usuários são outras, e o sistema de transporte nesse período não acompanhou isso, só houve aumento de tarifa desde então. A minha proposta é que seja feito o sistema de transporte metropolitano da RMRP.	Regional	Agência Metropolitana; Artesp; EMTU; STL	Secretaria Estadual de Transportes	Usuários de transporte coletivo	Transporte coletivo Intermunicipal	Integração urbano-regional; desenvolvimento econômico e social	Diálogo entre Agência Metropolitana; STL; Artesp; EMTU; prefeituras	Pesquisa origem-destino
SC/RMRP-005	Transporte e Sistema Viário	II Transporte e Sistema Viário regional	Assim para a área de Transporte e Sistema Viários as propostas listadas abaixo objetivam a articulação equilibrada entre o município sede e demais municípios, prevendo melhoria na mobilidade urbana e infraestrutura viária, além de fomentar o desenvolvimento dos aeroportos da região. Desse modo, foram propostas as seguintes diretrizes: a) Incentivo à criação e/ou extensão de eixos de mobilidade, com implantação e integração de transporte coletivo e ampliação da conectividade entre os municípios da RMRP; b) Melhoria de infraestrutura viária de toda a RMRP, considerando rodovia, ferrovia, aeroportos e dutovias, com o objetivo de ampliar as conexões por terra e elevar a capacidade de circulação de mercadorias; c) Criação de um órgão responsável pelo transporte público na RMRP; d) Implantação de transportes ativos e de práticas relacionadas ao Desenvolvimento Orientado ao Transporte – TODs;	Regional	Agência Metropolitana; DER; Artesp; EMTU; STL	Secretaria Estadual de Transportes	Usuários de Transporte Coletivo; Usuários de Transporte Individual; Escoamento da produção agrícola e industrial da região	Transporte coletivo e Logística	Integração urbano-regional; desenvolvimento econômico e social	Diálogo entre Agência Metropolitana; STL; Artesp; EMTU; Concessionárias; Prefeituras	Pesquisa origem-destino

CONTINUA ➤

► CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	OBJETIVOS ODS Fonte: https://www.ipea.gov.br/ods/
SC/RMRP-002	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Desde 2016, quando foi criada a RMRP, criou-se muita expectativa em relação ao transporte intermunicipal, que precisa urgentemente de mudanças junto às empresas que atuam nas linhas intermunicipais. Desde então, ficamos esperando o início da operação da EMTU na região, assim como nas demais 5 RMs do Estado de São Paulo, mas isso não aconteceu até hoje, 07/02/2022, quase 6 anos depois. A resposta era sempre a mesma, esperando um decreto do Governador para transferir da Artesp para EMTU. Nesses 6 anos, foram 3 governadores (Alckmin, França e Dória) e nada de fato aconteceu. O sistema que a Artesp faz no transporte suburbano (Rodoviária x Rodoviária), já não atende mais a demanda dos usuários, as cidades cresceram, o dinamismo e as necessidades dos usuários são outras, e o sistema de transporte nesse período não acompanhou isso, só houve aumento de tarifa desde então. A minha proposta é que seja feito o sistema de transporte metropolitano da RMRP.	Organização e operação do sistema metropolitano de transporte coletivo para a região	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis)/ Meta 11.2 - Nações Unidas: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos./ Meta 11.2 - Brasil: Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.
SC/RMRP-005	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário regional	Assim para a área de Transporte e Sistema Viários as propostas listadas abaixo objetivam a articulação equilibrada entre o município sede e demais municípios, prevendo melhoria na mobilidade urbana e infraestrutura viária, além de fomentar o desenvolvimento dos aeroportos da região. Desse modo, foram propostas as seguintes diretrizes: a) Incentivo à criação e/ou extensão de eixos de mobilidade, com implantação e integração de transporte coletivo e ampliação da conectividade entre os municípios da RMRP; b) Melhoria de infraestrutura viária de toda a RMRP, considerando rodovia, ferrovia, aeroportos e dutovias, com o objetivo de ampliar as conexões por terra e elevar a capacidade de circulação de mercadorias; c) Criação de um órgão responsável pelo transporte público na RMRP; d) Implantação de transportes ativos e de práticas relacionadas ao Desenvolvimento Orientado ao Transporte – TODs;	Organização e operação do sistema metropolitano de transporte coletivo para a região	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis)/ Meta 11.2 - Nações Unidas: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos./ Meta 11.2 - Brasil: Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas. Objetivo 09 - 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura (Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação)/ Meta 9.1 - Nações Unidas: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos./ Meta 9.1 - Brasil: Aprimorar o sistema viário do País, com foco em sustentabilidade e segurança no trânsito e transporte, equalizando as desigualdades regionais, promovendo a integração regional e transfronteiriça, na busca de menor custo, para o transporte de passageiros e de cargas, evitando perdas, com maior participação dos modos de alta capacidade como ferroviário, aquaviário e dutoviário, tornando-o acessível e proporcionando bem-estar a todos

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO
SC/RMRP-006	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário regional	<p>Ribeirão Preto tem extenso patrimônio ferroviário que vem sumindo a cada ano. Planejar futura rede de transporte leve sobre trilhos aproveitando, notadamente, leitos ferroviários existentes e/ou desuso para integração Municipal (Ribeirão Preto) e Intermunicipal onde pesquisas de O.D. e outros estudos justifiquem demandas sobrepostas à malha existente, planejando o território através do transporte – garantir a proteção destes leitos para que voltem futuramente a funcionar como conexões ferroviárias:</p> <p>Atentar ao aumento da % de usuários de automóveis/motos e diminuição da % dos usuários do transporte coletivo;</p> <p>Garantir maior eficiência energética, de oferta de serviço, integração aos polos geradores de empregos/saúde/cultura/educação, atração de motoristas e motociclistas para o transporte coletivo, diminuir as desigualdades territoriais e sociais através das novas conexões;</p> <p>Integrar os planos diretores dos municípios ao plano de transporte metropolitano;</p> <p>Valorizar e fazer permanente o patrimônio ferroviário tão importante historicamente ao desenvolvimento das cidades da região;</p> <p>Unificação/padronização da bilhetagem do transporte sobre trilhos metropolitano, ônibus municipais e empréstimos de bikes;</p> <p>Fortalecer a identidade regional através do transporte sobre trilhos – exemplos: Trem Turístico Ribeirão – Altinópolis, desenvolver/estabelecer o turismo regional com potencial hoje desperdiçado, valorização à história ferroviária;</p> <p>Planejamento estratégico incluindo integração às futuras estações/serviços TIC e TAV.</p> <p>Obs: Há leitos (faixas) em uso, em desuso, abandonados, ocupados e retirados que ligam por exemplo o centro de Ribeirão Preto aos centros de Sertãozinho, Pontal e Pitangueiras – Bonfim Paulista e Cravinhos – Jardinópolis, Brodowski, Batatais (e Franca), Serrana e Altinópolis, Guataparã (e Araraquara).</p>	Regional	Agência Metropolitana; DER; Artesp; EMTU; STL	Secretaria Estadual de Transportes	Usuários de Transporte Coletivo; Usuários de Transporte Individual; Escoamento da produção agrícola e industrial da região	Transporte coletivo	Integração urbano-regional; desenvolvimento econômico e social	Diálogo entre Agência Metropolitana; STL; Artesp; EMTU; Prefeituras	Pesquisa origem-destino

CONTINUA ➤

➤ CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	OBJETIVOS ODS Fonte: https://www.ipea.gov.br/ods/
SC/RMRP-006	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário regional	<p>Ribeirão Preto tem extenso patrimônio ferroviário que vem sumindo a cada ano. Planejar futura rede de transporte leve sobre trilhos aproveitando, notadamente, leitos ferroviários existentes e/ou desuso para integração Municipal (Ribeirão Preto) e Intermunicipal onde pesquisas de O.D. e outros estudos justifiquem demandas sobrepostas à malha existente, planejando o território através do transporte – garantir a proteção destes leitos para que voltem futuramente a funcionar como conexões ferroviárias:</p> <p>Atentar ao aumento da % de usuários de automóveis/motos e diminuição da % dos usuários do transporte coletivo;</p> <p>Garantir maior eficiência energética, de oferta de serviço, integração aos polos geradores de empregos/saúde/cultura/educação, atração de motoristas e motociclistas para o transporte coletivo, diminuir as desigualdades territoriais e sociais através das novas conexões;</p> <p>Integrar os planos diretores dos municípios ao plano de transporte metropolitano;</p> <p>Valorizar e fazer permanente o patrimônio ferroviário tão importante historicamente ao desenvolvimento das cidades da região;</p> <p>Unificação/padronização da bilhetagem do transporte sobre trilhos metropolitano, ônibus municipais e empréstimos de bikes;</p> <p>Fortalecer a identidade regional através do transporte sobre trilhos – exemplos: Trem Turístico Ribeirão – Altinópolis, desenvolver/estabelecer o turismo regional com potencial hoje desperdiçado, valorização à história ferroviária;</p> <p>Planejamento estratégico incluindo integração às futuras estações/serviços TIC e TAV.</p> <p>Obs: Há leitos (faixas) em uso, em desuso, abandonados, ocupados e retirados que ligam por exemplo o centro de Ribeirão Preto aos centros de Sertãozinho, Pontal e Pitangueiras – Bonfim Paulista e Cravinhos – Jardinópolis, Brodowski, Batatais (e Franca), Serrana e Altinópolis, Guataparã (e Araraquara).</p>	Organização e operação do sistema metropolitano de transporte coletivo para a região	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis) / Meta 11.2 - Nações Unidas: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos / Meta 11.2 - Brasil: Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas. Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura (Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação) / Meta 9.1 - Nações Unidas: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos. / Meta 9.1 - Brasil: Aprimorar o sistema viário do País, com foco em sustentabilidade e segurança no trânsito e transporte, equalizando as desigualdades regionais, promovendo a integração regional e transfronteiriça, na busca de menor custo, para o transporte de passageiros e de cargas, evitando perdas, com maior participação dos modos de alta capacidade como ferroviário, aquaviário e dutoviário, tornando-o acessível e proporcionando bem-estar a todos.

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO
PP-RMRP-002	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	<p>1. Criação de linhas férreas, com trens interligando todas as cidades da Região Metropolitana de Ribeirão Preto; parceria em PPP com a Redevoa, dando início ao projeto, com instalação do terminal ferroviário na Mogiana, antiga estação de trens, ligando com o aeroporto, que poderia ser estendido até o parque permanente de exposições (esta seria a contrapartida do município doando a área), com a construção de um terminal de passageiros (rodoviária), centro de convenções e um hotel – ou seja, transformando esse eixo em um grande espaço modal, ligando aeroporto, trens metropolitanos e rodoviária de passageiros.</p> <p>2. Com novos estudos da ampliação do anel viário, a construção de corredores exclusivos de ônibus, chamados (expresso circular anel viário), de preferência, de corredores elevados, conectando, em movimentos circulares, todos os bairros da cidade pelo anel viário, com alças de acesso, tanto dentro do eixo como fora do eixo, com circulações nos sentidos horário e anti-horário, a exemplo das linhas amarela e vermelha no Rio de Janeiro, retirando os ônibus de dentro da cidade.</p>	Ribeirão Preto	Artesp; prefeituras; DER; concessionárias	Secretaria Estadual de Transportes	Usuários de transporte coletivo e individual; produtores rurais; setor produtivo; empresas de transporte de cargas e mercadorias	Mobilidade urbana e regional; Logística de transporte	Integração urbano-regional; desenvolvimento econômico e social	Diálogo entre Agência Metropolitana, prefeituras, Secretaria Estadual de Transportes, Ministério da Infraestrutura e concessionárias, para avaliar e alinhar possíveis ações que estejam inerentes com a proposta	Pesquisa origem-destino
PP-RMRP-005	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Implantação de novas linhas intermunicipais entre Cássia dos Coqueiros/Cajuru/Ribeirão Preto, para integração de Cássia e do corredor metropolitano. A lei orgânica de Cássia dos Coqueiros estabelece diretrizes para estas ligações, porém, o PDUI pode definir outras linhas/vias importantes para serem realizadas na RMRP, tendo em vista que o diagnóstico do PDUI aponta e evidencia a carência destas conexões.	Regional	Artesp	Secretaria Estadual de Transportes	Usuários de transporte coletivo e individual	Transporte coletivo	Integração urbano-regional; desenvolvimento econômico e social	Diálogo entre Agência Metropolitana; Artesp e prefeituras	Pesquisa origem-destino
PP-RMRP-010	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Ampliação e duplicação de rodovias estaduais que cortam a RMRP. O plano diretor e lei orgânica estabelecem diretrizes para rodovias, porém, o PDUI pode definir outras rodovias da região que necessitem de obras que melhorem as ligações existentes.	Regional	Artesp, DER, STL	Secretaria Estadual de Transportes	Usuários de transporte coletivo e individual	Infraestrutura rodoviária	Integração urbano-regional; desenvolvimento econômico e social	Diálogo entre Agência Metropolitana; Artesp e prefeituras	Pesquisa origem-destino
PP-RMRP-014	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Regionalização da questão do transporte intramunicipal, para que se torne independente do transporte municipal custeado pelas prefeituras.	Regional	Agência Metropolitana; Artesp	Secretaria Estadual de Transportes	Usuários de transporte coletivo	Transporte coletivo	Integração urbano-regional; desenvolvimento econômico e social	Diálogo entre Agência Metropolitana; Artesp e prefeituras	Pesquisa origem-destino
PP-RMRP-017	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte intermunicipal: para que haja uma região metropolitana consolidada, é fundamental que haja transporte intermunicipal com investimento do estado.	Regional	Agência Metropolitana; Artesp	Secretaria Estadual de Transportes	Usuários de transporte coletivo	Transporte coletivo	Integração urbano-regional; desenvolvimento econômico e social	Diálogo entre Agência Metropolitana; Artesp e prefeituras	Pesquisa origem-destino

CONTINUA ➤

➤ CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	OBJETIVOS ODS	Fonte: https://www.ipea.gov.br/ods/
PP-RMRP-002	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	1. Criação de linhas férreas, com trens interligando todas as cidades da Região Metropolitana de Ribeirão Preto; parceria em PPP com a Redevoa, dando início ao projeto, com instalação do terminal ferroviário na Mogiana, antiga estação de trens, ligando com o aeroporto, que poderia ser estendido até o parque permanente de exposições (esta seria a contrapartida do município doando a área), com a construção de um terminal de passageiros (rodoviária), centro de convenções e um hotel – ou seja, transformando esse eixo em um grande espaço modal, ligando aeroporto, trens metropolitanos e rodoviária de passageiros. 2. Com novos estudos da ampliação do anel viário, a construção de corredores exclusivos de ônibus, chamados (expresso circular anel viário), de preferência, de corredores elevados, conectando, em movimentos circulares, todos os bairros da cidade pelo anel viário, com alças de acesso, tanto dentro do eixo como fora do eixo, com circulações nos sentidos horário e anti-horário, a exemplo das linhas amarela e vermelha no Rio de Janeiro, retirando os ônibus de dentro da cidade.	—	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis)/ Meta 11.2 - Nações Unidas: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos./ Meta 11.2 - Brasil: Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas. Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura (Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação)/ Meta 9.1 - Nações Unidas: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos./ Meta 9.1 - Brasil: Aprimorar o sistema viário do País, com foco em sustentabilidade e segurança no trânsito e transporte, equalizando as desigualdades regionais, promovendo a integração regional e transfronteiriça, na busca de menor custo, para o transporte de passageiros e de cargas, evitando perdas, com maior participação dos modos de alta capacidade como ferroviário, aquaviário e dutoviário, tornando-o acessível e proporcionando bem-estar a todos.	
PP-RMRP-005	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Implantação de novas linhas intermunicipais entre Cássia dos Coqueiros/Cajuru/Ribeirão Preto, para integração de Cássia e do corredor metropolitano. A lei orgânica de Cássia dos Coqueiros estabelece diretrizes para estas ligações, porém, o PDUI pode definir outras linhas/vias importantes para serem realizadas na RMRP, tendo em vista que o diagnóstico do PDUI aponta e evidencia a carência destas conexões.	—	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis)/ Meta 11.2 - Nações Unidas: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos./ Meta 11.2 - Brasil: Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.	
PP-RMRP-010	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Ampliação e duplicação de rodovias estaduais que cortam a RMRP. O plano diretor e lei orgânica estabelecem diretrizes para rodovias, porém, o PDUI pode definir outras rodovias da região que necessitem de obras que melhorem as ligações existentes.	—	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis)/ Meta 11.2 - Nações Unidas: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos./ Meta 11.2 - Brasil: Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas. Objetivo 09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura (Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação)/ Meta 9.1 - Nações Unidas: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos./ Meta 9.1 - Brasil: Aprimorar o sistema viário do País, com foco em sustentabilidade e segurança no trânsito e transporte, equalizando as desigualdades regionais, promovendo a integração regional e transfronteiriça, na busca de menor custo, para o transporte de passageiros e de cargas, evitando perdas, com maior participação dos modos de alta capacidade como ferroviário, aquaviário e dutoviário, tornando-o acessível e proporcionando bem-estar a todos	
PP-RMRP-014	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Regionalização da questão do transporte intramunicipal, para que se torne independente do transporte municipal custeado pelas prefeituras.	—	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis)/ Meta 11.2 - Nações Unidas: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos./ Meta 11.2 - Brasil: Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.	
PP-RMRP-017	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte intermunicipal: para que haja uma região metropolitana consolidada, é fundamental que haja transporte intermunicipal com investimento do estado.	—	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis)/ Meta 11.2 - Nações Unidas: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos./ Meta 11.2 - Brasil: Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.	

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO
PP-RMRP-024	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Criação de um plano de mobilidade urbana, visando, principalmente, o transporte de municípios pequenos e que não possuam um sistema de transporte, para que as demandas de locomoção da população sejam atendidas, e para que haja uma diminuição dos gastos com transporte por parte da prefeitura.	Regional	Agência Metropolitana; Prefeituras	Secretaria Estadual de Transportes	Usuários de transporte coletivo	Transporte coletivo	Integração urbano-regional; Desenvolvimento econômico e social	Diálogo entre Agência Metropolitana; Artesp e prefeituras	Pesquisa origem-destino
PP-RMRP-065	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Estruturação do transporte intermunicipal.	Regional	Agência Metropolitana; Artesp	Secretaria Estadual de Transportes	Usuários de transporte coletivo	Transporte coletivo	Integração urbano-regional; Desenvolvimento econômico e social	Diálogo entre Agência Metropolitana; Artesp e prefeituras	Pesquisa origem-destino
PP-RMRP-070	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Estruturação da rede de transporte intermunicipal.	Regional	Agência Metropolitana; Artesp	Secretaria Estadual de Transportes	Usuários de Transporte Coletivo	Transporte coletivo	Integração urbano-regional; Desenvolvimento econômico e social	Diálogo entre Agência Metropolitana; Artesp e prefeituras	Pesquisa origem-destino
PP-RMRP-071	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário regional	Organização da parte de transporte intermunicipal, que hoje depende somente das vans clandestinas.	Regional	Agência Metropolitana; Artesp	Secretaria Estadual de Transportes	Usuários de Transporte Coletivo	Transporte coletivo	Integração urbano-regional; desenvolvimento econômico e social	Diálogo entre Agência Metropolitana; Artesp, Prefeituras e Prefeituras Municipais	Pesquisa origem-destino
PP-RMRP-072	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte intermunicipal que dê suporte aos trabalhadores e estudantes da região.	Regional	Artesp	Secretaria Estadual de Transportes	Usuários de transporte coletivo	Transporte coletivo	Integração urbano-regional; Desenvolvimento econômico e social	Diálogo entre Agência Metropolitana; Artesp e prefeituras	Pesquisa origem-destino

CONTINUA ➤

➤ CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	OBJETIVOS ODS	Fonte: https://www.ipea.gov.br/ods/
PP-RMRP-024	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Criação de um plano de mobilidade urbana, visando, principalmente, o transporte de municípios pequenos e que não possuem um sistema de transporte, para que as demandas de locomoção da população sejam atendidas, e para que haja uma diminuição dos gastos com transporte por parte da prefeitura.	—	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis)/ Meta 11.2 - Nações Unidas: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos./ Meta 11.2 - Brasil: Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.	
PP-RMRP-065	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Estruturação do transporte intermunicipal.	—	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis)/ Meta 11.2 - Nações Unidas: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos./ Meta 11.2 - Brasil: Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.	
PP-RMRP-070	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Estruturação da rede de transporte intermunicipal.	—	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis)/ Meta 11.2 - Nações Unidas: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos./ Meta 11.2 - Brasil: Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.	
PP-RMRP-071	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário regional	Organização da parte de transporte intermunicipal, que hoje depende somente das vans clandestinas.	—	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis)/ Meta 11.2 - Nações Unidas: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos./ Meta 11.2 - Brasil: Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.	
PP-RMRP-072	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte intermunicipal que dê suporte aos trabalhadores e estudantes da região.	—	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis)/ Meta 11.2 - Nações Unidas: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos./ Meta 11.2 - Brasil: Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.	

3. JUSTIFICATIVAS PARA NÃO INCLUSÃO DE PROPOSTAS | Transporte e Sistema Viário

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	J1	J2	J3	J4	J5	J6	J7
PP-RMRP-009	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Ampliação e/ou implantação de ligações/vias de transporte intermunicipal O município de Santa Cruz da Esperança/SP, em conformidade com a lei orgânica, estabelece implantação de sistema de transporte, diante das carências de serviços	✓	✓	✗	Secretaria Estadual de Transportes	✓	✗	✗
PP-RMRP-035	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Estudo e regularização dos veículos de transporte coletivo (ex-vans) que realizam trajetos entre Ribeirão Preto e cidades limítrofes	✓	✓	✗	Agências reguladoras (Artesp)	✓	✓	✗
PP-RMRP-039	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Regulamentação dos veículos de transporte público junto à Artesp, a fim de regularizar linhas e controlar o fluxo e o modo de transporte de passageiros (exemplo: quantidade máxima de passageiros por veículo, número mínimo de veículos, a fim de garantir transporte nos municípios, principalmente nos pequenos)	✓	✓	✗	Agências reguladoras (Artesp)	✓	✓	✗
PP-RMRP-066	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	A Rodovia Francisco Marco Junqueira Neto, que liga Sales Oliveira a Orlândia, carece de reforma para a criação da terceira faixa, de modo a diminuir os acidentes	✓	✓	✗	Secretaria Estadual de Transportes	✗	✓	✗
PP-RMRP-067	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Falta maior fiscalização por parte da Artesp para diminuir a lotação do transporte intermunicipal na região	✓	✓	✗	Agências reguladoras (Artesp)	✓	✓	✗
PP-RMRP-068	Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e Sistema Viário Regional	Duplicação do trecho da vicinal que liga Sales de Oliveira e Orlândia Atenção em relação ao estado das vicinais, diante da força do agronegócio na região	✓	✓	✗	Secretaria Estadual de Transportes	✗	✓	✗

JUSTIFICATIVAS

J1. Possui abrangência regional

J2. Falta de aderência com FPICS expressas na Lei de Criação da UR

J3. Tema associado à política de saúde, educação ou segurança pública, que foge da competência do PDUI no tocante às FPICS da Lei de Criação da UR

J4. Tema de competência de instâncias municipais, federal, agências reguladoras, Tribunal de Contas ou outros (citar)

J5. Tema regulado por leis federais, estaduais e municipais

J6. Tema vinculado ao desenvolvimento de uma política estadual e não apenas metropolitana

J7. Tema requer emenda constitucional

Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

1. CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS | Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
SC-RMRP-008	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	<p>Baseando-se no último Mapeamento da Cobertura Vegetal Nativa do Estado de SP – Inventário Florestal 2020 – Bacia do Pardo, a situação da região de Ribeirão Preto é CRÍTICA, em vermelho, com índices de cobertura em alguns municípios (incluindo RP) em torno de apenas 9%:</p> <p>A região implora por urgente desenvolvimento de novas grandes áreas verdes, parques estaduais, entre outros, que tragam aumento maciço do índice de cobertura arbórea nas zonas rurais. Temos passado por períodos de estiagem extremos a cada ano, temporais de terra e umidade relativa do ar extremamente baixa, o que causa grandes problemas de saúde pública, além do desconforto e outras questões que impactam negativamente na qualidade de vida de toda a população.</p> <p>Pode-se cruzar a isso, caso seja viável ambientalmente, a criação de uma represa próxima ao centro urbano (talvez mesmo na área de recarga do Aquífero Guarani), para garantir reserva d'água para abastecimento da população do município de Ribeirão Preto, que hoje retira água para este fim, em níveis insustentáveis, do Aquífero Guarani. Concomitantemente, esta represa ajudaria no melhor equilíbrio da umidade relativa do ar no seu entorno em meses de seca, e traria inúmeras novas possibilidades de desenvolvimento de lazer e turismo para esta região tão árida.</p> <p>Esta urgência se dá, também, na necessidade de garantir o aumento da cobertura arbórea nas áreas urbanas, onde os índices também são extremamente baixos, em uma região já de clima quente, pouco agradável, onde a situação potencializa as ilhas de calor – e quase impossibilita a mobilidade ativa nas cidades da região pela falta de arborização urbana.</p> <p>Se vê necessário um plano estratégico de aumento de cobertura vegetal em todos os municípios, áreas urbanas e rurais, novas grandes massas verdes conectadas, planejadas, com um novo plano de transporte coletivo intermunicipal não poluente.</p>	✓	✓	✓	Planejamento Territorial e Uso do Solo: I – Planejamento e Uso do Solo	✗	✓	✓	✓	✗	✗	✓	A proposta evoca a criação de um Plano de Recomposição Vegetal para a região, ancorado no baixo índice de cobertura vegetal nativa em alguns municípios, o que dialoga com a Proposta de Recomposição de Reservas Legais, a fim de proporcionar aumento de cobertura vegetal nas propriedades rurais da região. Pode-se, também, incorporar ao macrozoneamento a medida que traz indicações de diretrizes para o reflorestamento em área urbana. A construção de represas para fins de abastecimento depende de intenso estudo, tanto da macrodrenagem regional, como dos impactos ambientais associados à obra, porém, o tema pode ser tratado na proposta de um plano de recuperação das nascentes e de cursos d'água dos mananciais. (aceita parcialmente)
PP-RMRP-011	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Proteção dos recursos hídricos para propiciar quantidade e qualidade de água para a RMRP, por meio da articulação com os municípios a montante das captações, para elaboração e implantação de plano de recuperação das nascentes e de cursos d'água dos mananciais. O Plano Diretor 04/1998, do município, estabelece uma diretriz para a proteção, em especial, dos rios, porém, na esfera metropolitana, esta diretriz pode ser ampliada para todos os mananciais da região, refletindo uma das questões com maior relevância nas discussões da gestão pública.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – V. Meio Ambiente		Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	Pode-se constituir uma proposta estruturada nomeada: Plano de Recuperação das Nascentes e de Cursos d'água dos Mananciais.
PP-RMRP-012	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Implantação de um sistema regional de apoio à gestão de resíduos sólidos; Precariedade dos serviços de coleta, reciclagem e disposição.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – IV. Saneamento Ambiental		Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	Contemplada integralmente, com a elaboração de uma nova proposta, a exemplo de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da RMRP.
PP-RMRP-025	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Criação de diretrizes para a ocupação de áreas de mananciais.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – V. Meio Ambiente		Diretriz	✓	✗	✓	✗	✓	As diretrizes para ocupação em áreas de mananciais podem ser incorporadas às macrozonas. Os mananciais subterrâneos já são amparados pela Macrozona do Aquífero Guarani, porém, a extensão da diretriz aos mananciais superficiais também é relevante.

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

C7. Pode ser incorporada ao macrozoneamento?

C8. Necessita de desmembramento?

C9. Pode ser incluída integralmente?

C10. Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-RMRP-026	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Criação de diretrizes para a regulamentação de áreas de recarga do Aquífero Guarani.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – V. Meio Ambiente		Diretriz	✓	✗	✓	✗	✓	As diretrizes para a regulamentação do uso do solo em áreas do Aquífero Guarani poderão ser incorporadas na própria Macrozona do Aquífero Guarani.
PP-RMRP-028	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Criação de metas regionais para a aquisição e exploração de tecnologias que visem desenvolver a energia solar na região, a fim de aumentar a relevância dela na matriz energética da RMRP.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – V. Meio Ambiente		Diretriz	✗	✗	✗	✓	✗	Não aceita – O panorama da RMRP mostra que a região não faz parte da melhor faixa de aproveitamento de energia solar, correspondente a apenas 0,3% do território paulista. A viabilidade técnica e econômica para a geração de energia fotovoltaica ocorre entre as faixas de radiação anual de 5,61 e 5,70 kWh/m²/dia; os municípios da RMRP situam-se dentro de duas faixas de radiação altas, entre 5,4 e 5,53 kWh/m². Justificar melhor com a SIMA.
PP-RMRP-032	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Criação de um plano de reflorestamento de córregos, afluentes e subafluentes em nível regional.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – V. Meio Ambiente		Plano de Ação	✗	✗	✓	✓	✓	As ações de reflorestamento de APPs ligadas aos recursos hídricos podem compor o plano de recuperação das nascentes e cursos d'água.
PP-RMRP-036	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	a) Criação de aterros para os resíduos sólidos na região, com a b) criação, também, de um plano que possa integrar esses aterros; e c) que possam gerar energia para ser utilizada na região.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – IV. Saneamento Ambiental	✗	Plano de ação	✗	✓	✗	✓	✓	a) Pode ser contemplada parcialmente na PE-04 de resíduos sólidos, com a seguinte redação: "Identificação de áreas, que atendam conjuntos de municípios, para a destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos e disposição final de rejeitos". b) Pode ser contemplada, elaborando uma nova PE sobre a construção de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da RMRP. c) Pode ser contemplada na PE-01 de resíduos sólidos e de matriz energética com a seguinte redação: "Incentivar o aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos, visando à geração de energia".
PP-RMRP-037	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Estudo e implantação de estações de tratamento de esgoto nos municípios que não possuem.	✗	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – IV. Saneamento Ambiental	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✓	Aceita parcialmente – Já contemplada na PE-002 de esgotamento sanitário: "Desenvolver estudo para o planejamento de ampliação, modernização e manutenção periódica de ETES, prioritariamente daquelas que atingiram ou superaram a capacidade de tratamento, ou ainda que, pela ausência de manutenção, não apresentam eficiência no tratamento". OBS. Observando o Novo Marco Regulatório do Saneamento.

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-RMRP-038	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	a) Estudo e implementação de uma rede de coleta e tratamento de esgoto mais eficiente; b) bem como a realização de reformas nas ETEs que necessitam.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – IV. Saneamento Ambiental	✗	Plano de ação	✗	✓	✗	✗	✓	Aceita parcialmente - Pode ser contemplada na PE-02 de esgotamento sanitário, com as seguintes redações: a) "Elaboração de programa de manutenção preventiva na rede de esgotamento sanitário. b) "Desenvolver estudo para o planejamento de ampliação, modernização e manutenção periódica de ETEs, prioritariamente daquelas que atingiram ou superaram a capacidade de tratamento, ou ainda que, pela ausência de manutenção, não apresentam eficiência no tratamento."
PP-RMRP-043	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Estudo de soluções que barateiam ou que contribuem em parte com os gastos que os municípios têm em relação à coleta, descarte e tratamento dos recursos sólidos (a exemplo do apoio à criação de um imposto para recolhimento do lixo urbano).	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – IV. Saneamento Ambiental	✓	Plano de ação	✗	✗	✗	✓	✓	Contemplada na PE 05: Incentivos à otimização dos recursos e à redução de custos para a gestão dos resíduos sólidos.
PP-RMRP-044	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Anulação da cláusula da Lei Orçamentária do governo federal que impede o repasse de recursos para municípios que façam parte de regiões metropolitanas e que tenham menos que 50 mil habitantes, a fim de possibilitar o repasse de fundos para que as cidades possam fazer as reformas necessárias na área de saneamento básico.	✗	✗	✗	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – IV. Saneamento Ambiental	✗	Estratégia	✗	✗	✗	✗	✗	
PP-RMRP-047	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Melhora na questão dos resíduos sólidos. Existe uma dificuldade no destino dos resíduos sólidos produzidos pelo município, e o resíduo domiciliar precisa ser transportado até Sales de Oliveira por se tratar do aterro sanitário mais próximo. O aterro da cidade de Nuporanga apresenta um problema em seu relacionamento com a Cetesb, uma vez que o transbordo da Massa Verde do município é financiado na escala municipal, que deve pagar por esse transporte.	✗	✗	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – IV. Saneamento Ambiental	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	Não aceita, proposta de âmbito municipal. Porém, a elaboração de um plano, ou estudos que viabilizem novos locais para a instalação de aterros sanitários, pode vir a beneficiar o município em questão, que possui dificuldades econômicas para efetuar o transporte até o município de disposição final.
PP-RMRP-049	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Estudar e criar um plano de ação que considere as principais demandas dos municípios que são responsáveis pela própria coleta e tratamento de esgoto. Propor soluções a fim de sanar ou mitigar as complicações que os municípios vêm enfrentando nesta área, principalmente no tocante aos recursos financeiros do município.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – IV. Saneamento Ambiental	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✓	✓	Aceita parcialmente, fazendo referência à P1 de Esgotamento Sanitário.
PP-RMRP-052	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Criação de um fundo para a região, a fim de propiciar a criação de uma ETE na cidade de São Simão.	✗	✗	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – IV. Saneamento Ambiental	Desenvolvimento econômico	Estratégia	✗	✗	✗	✗	✗	Não aceita. Em discussão no Estado, no âmbito da gestão da governança metropolitana. Não é possível que o PDUI gere custos.
PP-RMRP-055 (1)	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Regionalização do atendimento técnico e da doação de mudas, por parte do Estado, para o reflorestamento das áreas afetadas pelas queimadas que acometeram a região no último ano.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – V. Meio Ambiente		Estratégia	✗	✓	✓	✓	✓	O atendimento técnico e a doação de mudas poderiam ser ações previstas em um sistema ou plano regional de enfrentamento das queimadas, dada a incidência anual de eventos desse tipo. Podem, também, fazer parte do plano de recuperação das nascentes e de cursos d'água dos mananciais.

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-RMRP-055 (2)	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Santa Rosa capta água superficialmente, e há uma preocupação em relação ao assoreamento. A questão a ser discutida é refazer o planejamento de manejo dessa água, junto à secretaria da agricultura e com os pequenos proprietários rurais para mudar essa cultura de forma que não haja assoreamento no ribeirão e também o uso de defensivos agrícolas.	✗	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – V. Meio Ambiente	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Estratégia	✗	✓	✗	✓	✗	A proposta é focada em uma região específica se caracterizando como local. A regulação do manejo das águas em relação a captação é de responsabilidade do DAEE e Cetesb. Cabe ao PDUI estipular diretrizes e soluções para que a captação superficial seja organizada e tenha menor impacto sobre os corpos hídricos regionais.
PP-RMRP-056	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente e IV. Saneamento Ambiental	Solução coletiva para o manejo da água do Aquífero Guarani, tendo em vista a dificuldade na parte de escoamento e esgotamento de esgoto.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – V. Meio Ambiente	✗	Diretriz	✓	✗	✓	✗	✓	A proposta se constitui como diretriz para ações coletivas de saneamento na área do Aquífero Guarani. Dessa forma, pode ser incorporada como diretriz da Macrozona do Aquífero Guarani. A proposta também pode ser contemplada na PE-03 de abastecimento de água, com a seguinte redação: "Levantamento e análise de indicadores de qualidade da água, bem como a identificação de áreas críticas geradoras de poluição difusa de origens agrícola e animal, em áreas próximas à captação de água para abastecimento público."
PP-RMRP-057	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente e Saneamento Ambiental	Melhora na condição da poluição do Aquífero Guarani, pensando de forma coletiva o abastecimento de água e os cuidados com este manancial.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – V. Meio Ambiente	✗	Estratégia	✓	✗	✓	✗	✓	A melhoria da poluição no Aquífero Guarani só acontecerá, entre outras ações, com a formulação de diretrizes de ocupação e ações estratégicas na área compreendida como Macrozona do Aquífero Guarani. A proposta também pode ser contemplada na PE-03 de abastecimento de água, com a seguinte redação: "Levantamento e análise de indicadores de qualidade da água, bem como a identificação de áreas críticas geradoras de poluição difusa de origens agrícola e animal, em áreas próximas à captação de água para abastecimento público."
PP-RMRP-073	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Construção de um aterro sanitário.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – IV. Saneamento Ambiental	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✓	Aceita parcialmente. Pode ser contemplada na PE - 04 de resíduos sólidos, com a seguinte redação: "Identificação de áreas, que atendam conjuntos de municípios, para a destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos e disposição final de rejeitos".

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-RMRP-085	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	A presente proposta já existe no Caderno Fipe, e se refere à criação de uma usina de pirólise, em âmbito regional, para receber os resíduos sólidos urbanos e industriais das cidades. As despesas decorrentes da operacionalização da usina serão rateadas, de modo que todos os envolvidos se beneficiem da tecnologia. O retorno ambiental e financeiro para os municípios é de suma importância, haja vista, principalmente, a economicidade gerada tanto no transbordo, quanto com a venda da energia produzida.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – IV. Saneamento Ambiental	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✓	Aceita Parcialmente. Pode ser contemplada na PE-04 de resíduos sólidos, uma vez que indica uma solução específica para o tratamento de resíduos sólidos regionais.
PP-RMRP-086	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	A proposta baseia-se na necessidade de proteção ao meio ambiente e à incolumidade pública. O Programa Regional de Prevenção às Queimadas já existe, e é uma iniciativa integrada. Reúne as regiões metropolitanas de Ribeirão e Rio Preto, junto ao Ministério Público e Defesa Civil do Estado. Trata-se de um Plano de Contingência mais amplo, que passa por ações práticas de capacitação e brigadas de incêndio, aquisição de equipamentos, parcerias com brigadas de indústrias e usinas. Em nossa cidade, já trabalhamos com uma ação semelhante: o projeto que se chama Ação de Prevenção de Queimadas (APQ). Destaca-se que auxiliaremos com o apoio técnico ao projeto.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – V. Meio Ambiente	✗	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	Pode se constituir como uma nova proposta estruturada, nomeada como Programa Regional de Monitoramento e Prevenção dos Processos de Queimadas.
PP-RMRP-087	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Monte Alto tem vivido essa realidade de fomento às Unidades de Conservação privadas, via RPPNs. Uma delas está em vias de reconhecimento estadual (em fase final) e outras duas finalizando o envio de documentação para solicitar o reconhecimento. São inúmeros recursos que podemos extrair com esse projeto. Em nosso município, temos visto e trabalhado com as RPPNs, como locais de Educação Ambiental e de fomento ao Turismo Ecológico. Pretende-se, por meio dessa proposta, estimular cada vez mais essa iniciativa via região metropolitana.	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos: V. Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social: IX. Turismo	✗	Diretriz	✓	✗	✓	✗	✓	A proposta se configura como uma diretriz para o estímulo à criação de RPPN na região.

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

2. ANÁLISE DAS PROPOSTAS | Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
PP-RMRP-011	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Proteção dos recursos hídricos para propiciar quantidade e qualidade de água para a RMRP, por meio da articulação com os municípios a montante das captações, para elaboração e implantação de plano de recuperação das nascentes e de cursos d'água dos mananciais. O Plano Diretor 04/1998 do município estabelece uma diretriz para a proteção em especial dos rios, porém, na esfera metropolitana, esta diretriz pode ser ampliada para todos os mananciais da região – refletindo uma das questões com maior relevância nas discussões da gestão pública.	Regional	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; prefeituras municipais; Comitês de Bacia	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	Poder público; sociedade civil	Escassez hídrica	Segurança hídrica
PP-RMRP-012	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Implantação de um sistema regional de apoio à gestão de resíduos sólidos; precariedade dos serviços de coleta, reciclagem, disposição.	Regional	Prefeituras municipais	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	Poder público	Gestão dos resíduos	Tratar e dispor adequadamente os diversos tipos de resíduos sólidos
PP-RMRP-025	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Criação de diretrizes para a ocupação de áreas de mananciais.	Regional	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; prefeituras municipais; Comitês de Bacia	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	Poder público; sociedade civil	Escassez hídrica	Segurança hídrica
PP-RMRP-026	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Criação de diretrizes para a regulamentação de áreas de recarga do Aquífero Guarani.	Regional	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; prefeituras municipais; Comitês de Bacia	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	Poder público; sociedade civil	Escassez hídrica	Segurança hídrica
PP-RMRP-032	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Criação de um plano de reflorestamento de córregos, afluentes e subafluentes em nível regional.	Regional	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; prefeituras municipais; Comitês de Bacia	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	Poder público; sociedade civil	Escassez hídrica	Segurança hídrica
PP-RMRP-036	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	a) Criação de aterros para os resíduos sólidos na região; b) Criação, também, de um plano que possa integrar esses aterros; e c) Que possam gerar energia para ser utilizada na região.	Regional	Prefeituras municipais	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	Poder público; sociedade civil	Gestão de resíduos	Tratar e dispor adequadamente os diversos tipos de resíduos sólidos; diversificação da matriz energética
PP-RMRP-037	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Estudo e implantação de estações de tratamento de esgoto nos municípios que não possuem.	Municipal	Prefeituras municipais	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	Poder público; sociedade civil	Índice de tratamento de esgotos nas áreas urbanas e rurais	A redução e/ou eliminação de lançamento in natura de esgotos sanitários em corpos hídricos
PP-RMRP-038	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	a) Estudo e implementação de uma rede de coleta e tratamento de esgoto mais eficiente; b) Bem como a realização de reformas nas ETEs que necessitam.	Municipal	Prefeituras municipais	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	Poder público; sociedade civil	Índice de tratamento de esgotos nas áreas urbanas e rurais	A redução e/ou eliminação de lançamento in natura de esgotos sanitários em corpos hídricos
PP-RMRP-043	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Estudo de soluções que barateiam ou que contribuem em parte com os gastos que os municípios têm em relação à coleta, descarte e tratamento dos recursos sólidos (a exemplo do apoio à criação de um imposto para recolhimento do lixo urbano).	Regional	Prefeituras municipais	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	Poder público	Gestão de resíduos	Otimização dos recursos e redução de custos para a gestão dos resíduos sólidos
PP-RMRP-049	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Estudar e criar um plano de ação que considere as principais demandas dos municípios que são responsáveis pela própria coleta e tratamento de esgoto; bem como propor soluções, a fim de sanar ou mitigar as complicações que os municípios vêm enfrentando nesta área, principalmente no tocante aos recursos financeiros do município.	Regional	Prefeituras municipais	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	Poder público; sociedade civil	Gestão do saneamento básico	Universalização dos serviços

CONTINUA ➤

➤ CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ALINHAMENTO COM OS ODS
PP-RMRP-011	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Proteção dos recursos hídricos para propiciar quantidade e qualidade de água para a RMRP, por meio da articulação com os municípios a montante das captações, para elaboração e implantação de plano de recuperação das nascentes e de cursos d'água dos mananciais. O Plano Diretor 04/1998 do município estabelece uma diretriz para a proteção em especial dos rios, porém, na esfera metropolitana, esta diretriz pode ser ampliada para todos os mananciais da região – refletindo uma das questões com maior relevância nas discussões da gestão pública.	Diagnóstico das condições atuais dos corpos hídricos	Elaboração de plano de recuperação das nascentes e de cursos d'água dos mananciais	Monitoramento de indicadores	ODS 6 – Água Potável e Saneamento ODS 15 – Vida Terrestre
PP-RMRP-012	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Implantação de um sistema regional de apoio à gestão de resíduos sólidos; precariedade dos serviços de coleta, reciclagem, disposição.	Mobilização; elaboração do diagnóstico e dos cenários futuros	Definição das diretrizes e estratégias; Estabelecimento das metas, programas e recursos	Implementação das ações; prazos, horizonte temporal e revisão dos planos	ODS 6 – Água Potável e Saneamento ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 12 – Consumo e Produção Responsável
PP-RMRP-025	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Criação de diretrizes para a ocupação de áreas de mananciais.	Levantamento e classificação da ocupação em áreas de mananciais			ODS 6 – Água Potável e Saneamento ODS 15 – Vida Terrestre
PP-RMRP-026	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Criação de diretrizes para a regulamentação de áreas de recarga do Aquífero Guarani.	Elaboração de estudo dos impactos da ocupação urbana e rural nas áreas de mananciais		Monitoramento da produtividade do Aquífero	ODS 6 – Água Potável e Saneamento ODS 15 – Vida Terrestre
PP-RMRP-032	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Criação de um plano de reflorestamento de córregos, afluentes e subafluentes em nível regional.	Diagnóstico das condições atuais dos corpos hídricos	Elaboração de plano de recuperação das nascentes e de cursos d'água dos mananciais	Monitoramento de indicadores	ODS 6 – Água Potável e Saneamento ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 12 – Consumo e Produção Responsável
PP-RMRP-036	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	a) Criação de aterros para os resíduos sólidos na região; b) Criação, também, de um plano que possa integrar esses aterros; e c) Que possam gerar energia para ser utilizada na região.	Mobilização; Elaboração do diagnóstico e dos cenários futuros.	Definição das diretrizes e estratégias. Estabelecimento das metas, programas e recursos	Implementação das ações; prazos, horizonte temporal e revisões dos planos	ODS 6 – Água Potável e Saneamento
PP-RMRP-037	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Estudo e implantação de estações de tratamento de esgoto nos municípios que não possuem.	Elaboração do diagnóstico	Definição dos locais	Implementação das ETES	ODS 6 – Água Potável e Saneamento
PP-RMRP-038	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	a) Estudo e implementação de uma rede de coleta e tratamento de esgoto mais eficiente; b) Bem como a realização de reformas nas ETES que necessitam.	Elaboração do diagnóstico	Definição dos locais	Implementação das reformas e ETES	ODS 6 – Água Potável e Saneamento ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 12 – Consumo e Produção Responsável
PP-RMRP-043	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Estudo de soluções que barateiam ou que contribuem em parte com os gastos que os municípios têm em relação à coleta, descarte e tratamento dos recursos sólidos (a exemplo do apoio à criação de um imposto para recolhimento do lixo urbano).	Elaboração do diagnóstico	Definição das estratégias	Implementações das ações e/ou formação de consórcios intermunicipais para gestão e gerenciamento de resíduos sólidos; ou implementação das cobranças da taxa ou tarifa	ODS 6 – Água Potável e Saneamento
PP-RMRP-049	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Estudar e criar um plano de ação que considere as principais demandas dos municípios que são responsáveis pela própria coleta e tratamento de esgoto; bem como propor soluções, a fim de sanar ou mitigar as complicações que os municípios vêm enfrentando nesta área, principalmente no tocante aos recursos financeiros do município.				ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima ODS 15 – Vida Terrestre

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
PP-RMRP-055 (1)	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Regionalização do atendimento técnico e da doação de mudas, por parte do Estado, para o reflorestamento das áreas afetadas pelas queimadas que acometeram a região no último ano.	Regional	Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Agricultura; prefeituras municipais	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	Produtores rurais; População em geral	Baixo índice de cobertura vegetal regional; impactos dos eventos de queimadas	Enfrentamento as Mudanças Climáticas; Sustentabilidade Ambiental; Aumento da Biodiversidade
PP-RMRP-056	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente e Saneamento Ambiental	Solução coletiva para o manejo da água do Aquífero Guarani, diante da dificuldade na parte de escoamento e esgotamento de esgoto.	Regional	Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Agricultura; prefeituras municipais	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	Produtores rurais; população em geral	Poluição das águas para abastecimento	Fornecimento de água com qualidade estabelecida pela legislação vigente
PP-RMRP-057	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente e Saneamento Ambiental	Melhora na condição da poluição do Aquífero Guarani, pensando de forma coletiva o abastecimento de água e os cuidados com este manancial.	Regional	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; prefeituras municipais; Comitês de Bacia	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	Poder público; sociedade civil	Escassez hídrica	Segurança hídrica; Ampliação do Saneamento Básico
PP-RMRP-073	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Construção de um aterro sanitário.	Regional	Prefeituras municipais	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	Poder público	Gestão dos resíduos	Tratar e dispor adequadamente os diversos tipos de resíduos sólidos
PP-RMRP-085	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	A presente proposta já existe no Caderno Fipe, e se refere à criação de uma usina de pirólise, em âmbito regional, para receber os resíduos sólidos urbanos e industriais das cidades. As despesas da operacionalização da usina serão rateadas, de modo que todos envolvidos se beneficiem da tecnologia. O retorno ambiental e financeiro aos municípios é de suma importância, haja vista, principalmente, a economicidade gerada tanto no transbordo, quanto com a venda da energia produzida.	Regional	Prefeituras municipais; Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura	Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura	Poder público; sociedade civil	Gestão de resíduos	Tratar e dispor, adequadamente, os resíduos sólidos; otimização dos recursos para a gestão dos resíduos sólidos

CONTINUA ➤

➤ CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ALINHAMENTO COM OS ODS
PP-RMRP-055 (1)	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Regionalização do atendimento técnico e da doação de mudas, por parte do Estado, para o reflorestamento das áreas afetadas pelas queimadas que acometeram a região no último ano.	Sensibilização da População, Mapeamento de áreas potenciais para recomposição; Avaliação da áreas prioritárias para recomposição	Elaboração do Plano de Recomposição Vegetal	Realização de novo Inventário Florestal; monitoramento de indicadores	ODS 6 - Água Potável e Saneamento ODS 15 - Vida Terrestre
PP-RMRP-056	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente e Saneamento Ambiental	Solução coletiva para o manejo da água do Aquífero Guarani, diante da dificuldade na parte de escoamento e esgotamento de esgoto.	Levantamento e análise de indicadores de qualidade de água	Identificação de áreas críticas geradoras de poluição difusa de origens agrícola e animal	Definição das estratégias	ODS 6 - Água Potável e Saneamento ODS 15 - Vida Terrestre
PP-RMRP-057	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente e Saneamento Ambiental	Melhora na condição da poluição do Aquífero Guarani, pensando de forma coletiva o abastecimento de água e os cuidados com este manancial.	Levantamento e análise de indicadores de qualidade da água	Identificação de áreas críticas geradoras de poluição difusa de origens agrícola e animal	Definição das estratégias	ODS 6 - Água Potável e Saneamento ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis ODS 12 - Consumo e Produção Responsável
PP-RMRP-073	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Construção de um aterro sanitário.	Pactuação de convênios intermunicipais	Definição de diagnóstico e de locais para disposição	Obtenção das autorizações para construção do(s) aterro(s)	ODS 6 - Água Potável e Saneamento ODS 7 - Energia Limpa e Acessível ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 12 - Consumo e Produção Responsável
PP-RMRP-085	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	A presente proposta já existe no Caderno Fipe, e se refere à criação de uma usina de pirólise, em âmbito regional, para receber os resíduos sólidos urbanos e industriais das cidades. As despesas da operacionalização da usina serão rateadas, de modo que todos envolvidos se beneficiem da tecnologia. O retorno ambiental e financeiro aos municípios é de suma importância, haja vista, principalmente, a economicidade gerada tanto no transbordo, quanto com a venda da energia produzida.	Diagnóstico de amplas alternativas para o tratamento dos resíduos sólidos regionais; Diagnóstico da gravimetria de resíduos sólidos regionais			ODS 6 - Água Potável e Saneamento ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima ODS15 - Vida Terrestre

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
SC-RMRP-008	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	<p>Baseando-se no último Mapeamento da Cobertura Vegetal Nativa do Estado de SP – Inventário Florestal 2020 – Bacia do Pardo, a situação da região de Ribeirão Preto é CRÍTICA, em vermelho, com índices de cobertura em alguns municípios (incluindo RP) em torno de apenas 9%:</p> <p>A região implora por urgente desenvolvimento de novas grandes áreas verdes, parques estaduais, entre outros, que tragam aumento maciço do índice de cobertura arbórea nas zonas rurais. Temos passado por períodos de estiagem extremos a cada ano, temporais de terra e umidade relativa do ar extremamente baixa, o que causa grandes problemas de saúde pública – além do desconforto e outras questões que impactam negativamente na qualidade de vida de toda a população.</p> <p>Pode-se cruzar a isso, caso seja viável ambientalmente, a criação de uma represa próxima ao centro urbano (talvez mesmo na área de recarga do Aquífero Guarani), para garantir reserva d'água para abastecimento da população do município de Ribeirão Preto, que hoje retira água para este fim, a níveis insustentáveis, do Aquífero Guarani. Concomitantemente, esta represa ajudaria no melhor equilíbrio da umidade relativa do ar no seu entorno em meses de seca, e traria inúmeras novas possibilidades de desenvolvimento de lazer e turismo para esta região tão árida.</p> <p>Esta urgência ocorre, também, na necessidade de garantir o aumento da cobertura arbórea nas áreas urbanas, onde os índices também são extremamente baixos, em uma região já de clima quente, pouco agradável, onde a situação potencializa as ilhas de calor – e quase que impossibilita a mobilidade ativa nas cidades da região pela falta de arborização urbana.</p> <p>Se ve necessário um plano estratégico e de aumento de cobertura vegetal em todos os municípios, áreas urbanas e rurais, novas grandes massas verdes conectadas, planejadas com um novo plano de transporte coletivo intermunicipal não poluente.</p>	Regional	Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Agricultura; prefeituras municipais	Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura	Produtores rurais; população em geral	Baixo índice de cobertura vegetal regional	Enfrentamento das mudanças climáticas; sustentabilidade ambiental; aumento da biodiversidade
PP-RMRP-086	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	<p>A proposta baseia-se na necessidade de proteção do meio ambiente e da incolumidade pública. O Programa Regional de Prevenção às Queimadas já existe, e é uma iniciativa integrada. Reúne as regiões metropolitanas de Ribeirão e Rio Preto, junto ao Ministério Público e Defesa Civil do Estado. Trata-se de um Plano de Contingência mais amplo, que passa por ações práticas de capacitação e brigadas de incêndio, aquisição de equipamentos, parcerias com brigadas de indústrias e usinas. Em nossa cidade, já trabalhamos com uma ação semelhante, cujo projeto se chama Ação de Prevenção de Queimadas (APQ). Destaca-se que auxiliaremos com o apoio técnico para o projeto.</p>	Regional	Prefeituras municipais; Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura, Secretaria de Agricultura, Corpo de Bombeiros	Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura, Secretaria de Segurança Pública	Produtores rurais, população rural, população urbana	Impactos gerados pela grande extensão das queimadas na região	Sustentabilidade ambiental
PP-RMRP-087	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	<p>Monte Alto tem vivido essa realidade de fomento às Unidades de Conservação privadas, via RPPNs. Uma delas está em vias de reconhecimento estadual (em fase final) e outras duas finalizando o envio de documentação para solicitar o reconhecimento. São inúmeros recursos que podemos extrair com esse projeto. Em nosso município, temos visto e trabalhado com as RPPNs, como locais de Educação Ambiental e de fomento ao Turismo Ecológico. Pretende-se, com esta proposta, estimular cada vez mais esta iniciativa via região metropolitana.</p>	Regional	Prefeituras municipais, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	Proprietários rurais, população em geral	Baixo índice de cobertura vegetal regional; Baixo registro de territórios legalmente protegidos	Sustentabilidade ambiental; Aumento da biodiversidade regional

➤ CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ALINHAMENTO COM OS ODS
SC-RMRP-008	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	<p>Baseando-se no último Mapeamento da Cobertura Vegetal Nativa do Estado de SP – Inventário Florestal 2020 – Bacia do Pardo, a situação da região de Ribeirão Preto é CRÍTICA, em vermelho, com índices de cobertura em alguns municípios (incluindo RP) em torno de apenas 9%:</p> <p>A região implora por urgente desenvolvimento de novas grandes áreas verdes, parques estaduais, entre outros, que tragam aumento maciço do índice de cobertura arbórea nas zonas rurais. Temos passado por períodos de estiagem extremos a cada ano, temporais de terra e umidade relativa do ar extremamente baixa, o que causa grandes problemas de saúde pública – além do desconforto e outras questões que impactam negativamente na qualidade de vida de toda a população.</p> <p>Pode-se cruzar a isso, caso seja viável ambientalmente, a criação de uma represa próxima ao centro urbano (talvez mesmo na área de recarga do Aquífero Guarani), para garantir reserva d’água para abastecimento da população do município de Ribeirão Preto, que hoje retira água para este fim, a níveis insustentáveis, do Aquífero Guarani. Concomitantemente, esta represa ajudaria no melhor equilíbrio da umidade relativa do ar no seu entorno em meses de seca, e traria inúmeras novas possibilidades de desenvolvimento de lazer e turismo para esta região tão árida.</p> <p>Esta urgência ocorre, também, na necessidade de garantir o aumento da cobertura arbórea nas áreas urbanas, onde os índices também são extremamente baixos, em uma região já de clima quente, pouco agradável, onde a situação potencializa as ilhas de calor – e quase que impossibilita a mobilidade ativa nas cidades da região pela falta de arborização urbana.</p> <p>Se ve necessário um plano estratégico e de aumento de cobertura vegetal em todos os municípios, áreas urbanas e rurais, novas grandes massas verdes conectadas, planejadas com um novo plano de transporte coletivo intermunicipal não poluente.</p>	Sensibilização da População, Mapeamento de áreas potenciais para recomposição; Avaliação da áreas prioritárias para recomposição	Elaboração do Plano de Recomposição Vegetal	Realização de novo Inventário Florestal; monitoramento de indicadores	ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima ODS 15 – Vida Terrestre
PP-RMRP-086	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	<p>A proposta baseia-se na necessidade de proteção do meio ambiente e da incolumidade pública.</p> <p>O Programa Regional de Prevenção às Queimadas já existe, e é uma iniciativa integrada. Reúne as regiões metropolitanas de Ribeirão e Rio Preto, junto ao Ministério Público e Defesa Civil do Estado.</p> <p>Trata-se de um Plano de Contingência mais amplo, que passa por ações práticas de capacitação e brigadas de incêndio, aquisição de equipamentos, parcerias com brigadas de indústrias e usinas.</p> <p>Em nossa cidade, já trabalhamos com uma ação semelhante, cujo projeto se chama Ação de Prevenção de Queimadas (APQ). Destaca-se que auxiliaremos com o apoio técnico para o projeto.</p>	Estudo da capacidade de ação das brigadas municipais	Elaboração de Plano de Enfrentamento as Queimadas	Monitoramento dos indicadores	ODS 15 – Vida Terrestre
PP-RMRP-087	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	<p>Monte Alto tem vivido essa realidade de fomento às Unidades de Conservação privadas, via RPPNs. Uma delas está em vias de reconhecimento estadual (em fase final) e outras duas finalizando o envio de documentação para solicitar o reconhecimento.</p> <p>São inúmeros recursos que podemos extrair com esse projeto. Em nosso município, temos visto e trabalhado com as RPPNs, como locais de Educação Ambiental e de fomento ao Turismo Ecológico. Pretende-se, com esta proposta, estimular cada vez mais esta iniciativa via região metropolitana.</p>	Mapeamento de possíveis áreas a serem transformadas em Unidades de Conservação	Apoio ao reconhecimento da RPPN		

3. JUSTIFICATIVAS PARA NÃO INCLUSÃO DE PROPOSTAS | Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	J1	J2	J3	J4	J5	J6	J7
PP-RMRP-028	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Criação de metas regionais para a aquisição e exploração de tecnologias que visem desenvolver a energia solar na região, a fim de aumentar a relevância dela na matriz energética da região.	X	X	X	✓	X	✓	X
PP-RMRP-044	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Anulação da cláusula da Lei Orçamentária do governo federal que impede o repasse de recursos para municípios que façam parte de regiões metropolitanas e que tenham menos que 50 mil habitantes, a fim de possibilitar o repasse de fundos para que as cidades possam fazer as reformas necessárias na área de saneamento básico.	X	✓	X	✓	✓	X	X
PP-RMRP-047	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Melhora na questão dos resíduos sólidos. Existe uma dificuldade no destino dos resíduos sólidos produzidos pelo município, e o resíduo domiciliar precisa ser transportado até Sales de Oliveira, por se tratar do aterro sanitário mais próximo. O aterro da cidade de Nuporanga apresenta um problema em seu relacionamento com a Cetesb, uma vez que o transbordo da Massa Verde do município é financiado na escala municipal, que deve pagar por esse transporte.	✓	X	X	X	X	X	X
PP-RMRP-052	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	IV. Saneamento Ambiental	Criação de um fundo para a região, a fim de propiciar a criação de uma ETE na cidade de São Simão.	✓	X	X	X	X	X	X
PP-RMRP-055 (2)	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio Ambiente	Santa Rosa capta água superficialmente, e há uma preocupação em relação ao assoreamento. A questão a ser discutida é refazer o planejamento de manejo dessa água, junto à secretaria da agricultura e com os pequenos proprietários rurais para mudar essa cultura de forma que não haja assoreamento no ribeirão e também o uso de defensivos agrícolas.	✓	X	X	X	X	X	X

JUSTIFICATIVAS

J1. Possui abrangência regional

J2. Falta de aderência com FPICS expressas na Lei de Criação da UR

J3. Tema associado à política de saúde, educação ou segurança pública, que foge da competência do PDUI no tocante às FPICS da Lei de Criação da UR

J4. Tema de competência de instâncias municipais, federal, agências reguladoras, Tribunal de Contas ou outros (citar)

J5. Tema regulado por leis federais, estaduais e municipais

J6. Tema vinculado ao desenvolvimento de uma política estadual e não apenas metropolitana

J7. Tema requer emenda constitucional

Aceita ✓ | Não aceita X | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Equipe Técnica

Coordenador Geral	Andrea Sandro Calabi
Coordenadora Adjunta	Marta Dora Grostein
Coordenadora Técnica	Rovena Negreiros
Coordenador Institucional	Marcos Campagnone

Equipes das Unidades Regionais

AU de Franca

Fabiana Coelho
Fernanda de Cássia Costa – coordenadora
Herlan Alcântara

RM de Jundiaí e RM de Piracicaba

Leticia Roberta
Mariana Yamamoto
Sandra Brandão
Sarah M Monteiro dos Santos – coordenadora

RM de Ribeirão Preto

Braulio Bracero
Claudia Helena Leite – coordenadora
Felipe Dutra Dias
Ivana Araújo

RM Vale do Paraíba Litoral Norte

Cynthia Gonçalo
Daniel Andrade
Helena Grundig
Zoraide Amarante Itapura de Miranda – coordenadora

Coordenadores de Bloco

Bloco 1 – Organização da base de dados e cartografia

Bruno Oliva
Roberta Fontan

Bloco 2 – Ordenamento Territorial

Marta Dora Grostein

Bloco 3 – Panorama Regional

Maria Lucia Camargo

Bloco 4 – Diagnóstico

Marlon Longo

Bloco 5 – Processo Participativo

Luciana Souza Damasceno Casa

Bloco 8 – Comunicação Social

Margareth Cunha Lemos

Equipe Processo Participativo

Elsa Maglio
Geni Toffoli
Mauricio Hoffman

Equipe Comunicação Social

Andre Cury
Sueli dos Santos

Edição gráfica

Carlos Guena
Enzo Luis Nico Neto
Guen Yokoyama – responsável

Advogada – Ana Lucia Carvalho

Consultores

Camila Maleronka
Francisco Vidal Luna
Regina Prospero Meyer

Estagiárias

Ana Flavia Vicentini Benfica (AUF)
Carolina Abdalla Braga (RMP/RMJ)
Melissa da Silva Oliveira (RMVPLN)
Sarah Helena Caetano Rolindo (RMRP)

Secretária – Rosângela Monteiro